


UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO-ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

**PROJETO CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR -
CPP: UMA EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONALIZAÇÃO
POPULAR NO BAIRRO SACO GRANDE II**

Aprovado Pelo D. S.
Em 15/12/95

CRISTYNA MATYSICOST
Coord. do Depto. de Serviço Social
CSE-UFSC

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de
Serviço Social da Universidade
Federal de Santa Catarina para
obtenção do título de Assistente
Social pela Acadêmica:

**Sidnéa Valdelina dos Santos
Goulart**

Florianópolis, dezembro de 1995.

AGRADECIMENTOS

- A Jesus Cristo por ter renovado as minhas forças sempre que necessário;
- Ao meu marido Fábio pelo apoio e carinho recebidos durante esta etapa da vida;
- À Assistente Social Simone Matos Machado e a orientadora Iliane Kolher, pela compreensão e apoio no decorrer desta experiência de amadurecimento profissional;
- Aos representantes que formam o Conselho Deliberativo e aos membros das Entidades Comunitárias e Grupo de Produção do Saco Grande II;
- A todas as pessoas que contribuíram de alguma forma para a elaboração deste trabalho.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	04
CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO CPP	
1.1 Histórico do Projeto.....	08
1.2 O que é o Projeto.....	16
1.3 Relações Institucionais.....	19
1.4 A Participação da UFSC no Projeto CPP.....	41
CAPÍTULO II - NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR E O CONVÊNIO CPP	
2.1 Mundo Informal do trabalho.....	45
2.2 Serviço Social: Presença e desdobramento no projeto CPP-(Saco Grande) II...50	
2.2.1 Características Gerais do bairro.....	53
2.2.2 Características da População do bairro Saco Grande II.....	55
2.2.3 Surgimento do CPP no bairro Saco Grande II.....	56
2.2.4 Perfil das Alunas do CPP no bairro Saco Grande II.....	57
2.2.5 Formação do Conselho Local.....	59
CONCLUSÃO.....	70
SUGESTÕES.....	72
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	73
ANEXOS.....	75

APRESENTAÇÃO

O Brasil é um país onde as desigualdades sociais são bem acentuadas. Se voltarmos a história veremos um descaso quase completo quanto a questão social.

Ao longo das décadas de 20 e 30, os governantes e setores dominantes começaram admitir que a questão social poderia deixar de ser considerada um problema de polícia e começar a ser tratada como um problema político. Todavia a questão social ainda continua, por alguns governantes, sendo vista como caso de polícia e não como consequência da desigualdade social existente no país. Essa desigualdade é decorrente do modelo político-econômico-social adotado no Brasil, ou seja, fundamentado em um capitalismo excludente e empobrecedor. Constatase que um significativo segmento da população brasileira encontra como forma de resolver este problema um caminho gerador de violência, prostituição, tráfico, atingindo ou estendendo-se a toda a sociedade civil. Entretanto um outro segmento busca a sobrevivência no mercado também informal, de uma maneira digna.

Somente no Brasil, existem 30 milhões de brasileiros produzindo mais de 200 bilhões de dólares por ano na economia informal (VEJA, 1995, p. 90).

O presente trabalho terá como pano de fundo teórico questões relacionadas com o mundo informal do trabalho, ou seja, o setor informal da economia. Tendo em vista já existirem elaborações teóricas a respeito do mesmo, aqui serão expostas algumas concepções que nos possibilitarão reflexões e proposições relacionadas ao tema.

No primeiro capítulo desta monografia, apresentaremos a contextualização do projeto Centro de Profissionalização Popular - CPP.

Para obtenção e análise dos dados foi necessário utilizarmos a entrevista como principal instrumento. Foram realizadas doze (12) entrevistas com perguntas semi-

estruturadas (ver anexo 1). Sete (7) delas foram com representantes de entidades conveniadas com o projeto CPP são elas: Serviço Nacional da Indústria, Escola Técnica Federal de Santa Catarina, Fundação da Escola Técnica de Santa Catarina, Serviço Social do Comércio, Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade para o Desenvolvimento de Santa Catarina, Prefeitura Municipal de Florianópolis e Secretaria de Estado da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Comunitário - Sistema Nacional de Emprego/SC. Os dados levantados foram relevantes para entendermos as “relações interinstitucionais” item desse capítulo. Outra entrevista foi realizada com o professor Norberto Suhnel, Assessor para políticas interinstitucionais da UFSC, para entendermos todo o processo que iniciou em 1982 com a formação de uma Comissão Especial sobre Desemprego na Assembléia Legislativa a qual deu início às discussões que possibilitaram realizar encaminhamentos para tornar possível, a partir do ano de 1991, o projeto UCPP, atualmente denominado CPP. Foi entrevistada também a Assistente Social Simone Matos Machado representante suplente da UFSC no Convênio, vinculada ao Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular do Departamento de Serviço Social. O objetivo dessa entrevista foi entender a participação da Universidade Federal de Santa Catarina no Convênio, mais precisamente a participação do Serviço Social representado pelo Núcleo de Estudos já citado. Entrevistamos também os Srs. Flávio R. L. Magajewski, presidente do Conselho Deliberativo do projeto CPP e o diretor técnico do SEBRAE-SC, Paulo Ferreira, para entendermos os motivos que levaram o SEBRAE a não permanecer no referido projeto. Entrevistou-se também o presidente do COMOSG - Conselho de Moradores do Saco Grande, na época da implantação do UCPP, atual CPP, no bairro, o Sr. Otacílio Costa. Nossa intenção era saber como se deu o surgimento deste projeto no Saco Grande II.

No segundo capítulo tratamos sobre as concepções do mercado informal, do surgimento do CPP no bairro e em seguida prosseguimos relatando nossa prática de estágio, centralizando o papel desempenhado pelo Serviço Social nesse projeto. Tendo em vista que o projeto em foco está diretamente ligado à questão social, percebemos que a inserção do Serviço Social nesse projeto e projetos semelhantes, é de relevância, pois é uma conquista política que vai além do mero assistencialismo. A posição dos profissionais da área social deve ser de compromisso social, de construção de um projeto civilizatório, onde a questão social deixe de ser compreendida apenas como assistencialismo e sim como um direito político.

O presente trabalho é fruto das reflexões e ações realizadas no decorrer do estágio curricular de Serviço Social, desenvolvido no Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular, vinculado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, no período de março de 1994 a julho de 1995.

O espaço deste estágio se configurou em três (3) momentos:

Primeiro com a equipe interdisciplinar da UFSC que atuava na ocasião junto ao projeto CPP. Essa equipe era composta por professores do Departamento de Ciências Econômicas e estagiários de Economia, estagiárias de Serviço Social, Assistente Social e representante da Administração Central da UFSC. Nesses encontros estudados embasamentos teóricos que nos possibilitaram compreender a realidade do projeto CPP e das comunidades periféricas nas quais o mesmo estava instalado.

Um outro momento era no acompanhamento das reuniões do Conselho Deliberativo do projeto, nas quais eram discutidas e deliberadas ações políticas referentes ao mesmo. Também havia acompanhamentos das reuniões técnicas onde se discutiam os assuntos operacionais do referido projeto.

Por fim a nossa atuação deu-se na comunidade do Saco Grande II, onde estava instalada uma das Unidades do CPP. A aproximação entre estagiários e a comunidade foi via Associação de Moradores onde iniciamos todo um trabalho de apresentação do projeto. Os desafios e significados dessa atuação serão melhor detalhados, no segundo capítulo desta monografia.

Desejo que o presente trabalho venha contribuir nas reflexões sobre a questão social e dê inspiração para buscarmos alternativas para uma melhor qualidade de vida aos que se encontram desempregados ou sub-empregados e àqueles que não serão mais incluídos nos vários processos de trabalho, por causa da tecnologia ultra-avançada.

4 Sabemos que projetos como CPP não vão erradicar com a pobreza, no entanto poderão demarcar a possibilidade de um fazer diferente, no cotidiano do mundo do trabalho dos sujeitos excluídos pelo atual desenvolvimento tecnológico/econômico e político.

CAPÍTULO I - CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROJETO CPP

1.1 HISTÓRICO DO PROJETO

Abordaremos nesse primeiro capítulo a contextualização do projeto CPP - Centro de Profissionalização Popular. Essa contextualização se faz necessária para compreendermos melhor a dinâmica do atual projeto, do seu processo histórico até sua última versão.

Para tanto, utilizamos como instrumento de investigação a entrevista. Foram entrevistados todos os representantes que compõem atualmente o Conselho Deliberativo do CPP, bem como pessoas que acompanharam todo o processo que mais tarde desencadeou no atual projeto.

Como sabemos, a problemática do êxodo rural vem se agravando a cada ano, e conseqüentemente acarretando sérios problemas sociais nos grandes centros urbanos. Santa Catarina, um dos Estados do Brasil, com maior número de minifúndios, também enfrenta, na atual conjuntura, sérios problemas devido ao aumento do latifúndio e a conseqüente expulsão do homem do campo.

“A migração para Florianópolis é intensa. Há cerca de vinte anos (1970), apenas vinte e dois por cento (22%) da população do Município era constituído de migrantes. Hoje, eles já constituem a maioria. Cerca de oitenta e cinco por cento (85%) da migração é formada por desempregados e extremamente carentes. Chegam a nossa cidade, a cada ano, mais de sete mil (7.000) migrantes. Fora do seu local de origem e sem as mínimas condições de sobrevivência resta-lhes a alternativa de ocupar um dos bolsões de miséria da capital”⁽¹⁾.

1. Atualmente em Florianópolis existem 46 áreas periféricas. Dados obtidos pela Assessoria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Florianópolis em 1993.

Os migrantes se deslocam para o município na perspectiva de uma melhor qualidade de vida, atraídos pelo fato de Florianópolis ser uma cidade turística, ou seja, “Florianópolis vale a pena”⁽²⁾. Resta questionar para quem vale a pena.

A questão do êxodo rural é um problema enfrentado não só por Santa Catarina, e sim por todo o Brasil. Essa situação é consequência da própria política concentradora de renda adotada no país, ou seja, da discrepância existente entre os indicadores econômicos e os indicadores sociais (IANNI, 1991, p.4).

Esse conglomerado de pessoas nas cidades vai desembocar em um grande contingente de desempregados ou sub-empregados. O mapa de mercado do Brasil (IBGE, 1994), informa que em Santa Catarina existem aproximadamente 656 mil sub-empregados.

Segundo declarações concedidas em entrevista, pelo professor Norberto Suhnel⁽³⁾, o atual projeto de Profissionalização Popular - CPP é a última versão de um processo social que iniciou em 1982, na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Naquela ocasião o legislativo catarinense estava preocupado com a onda de desemprego que assolava o país e que se iniciava em Santa Catarina. O então presidente da Assembléia Legislativa por sugestão do Deputado Marcondes Marchetti criou uma Comissão Especial sobre Desemprego.

Esta Comissão, de natureza supra partidária, incluía todos os partidos políticos com representação na Assembléia Legislativa. Participaram da Comissão Deputados Estaduais do PMDB, PDS e PFL, sendo presidida pelo Deputado

2. Slogan criado pela Protur e adotado por Esperidião Amim na campanha para prefeito em 1988.

3. Assessor Político para relações interinstitucionais da UFSC. Gestão 1991 à 1995 - atualmente chefe do Departamento de Física.

Estadual Marcondes Marchetti e tendo o Deputado Estadual Coelho Neto como secretário geral.

Essa Comissão Especial buscou na Universidade Federal de Santa Catarina dois Assessores, os Srs. Norberto Suhnel e Ricardo Hoffmann para auxiliá-la na busca e encaminhamentos de propostas ideológicas capazes de combater o desemprego ou subemprego e, principalmente, gerar novas oportunidades de trabalho e emprego.

Com relação a uma nova proposta para criação de trabalho e emprego, foi exaustivamente discutida nessa Comissão, a necessidade de buscar-se novos caminhos para o desenvolvimento econômico.

Esses novos caminhos apontavam na direção da participação dos componentes do sistema produtivo; basicamente empresários, trabalhadores, profissionais liberais, trabalhadores autônomos e desempregados, na tentativa de reuni-los em cada região, município, bairro para proporem alternativas econômicas que gerassem trabalho e emprego. A Comissão tinha como objetivo político a mudança do poder de planejamento econômico do município, do bairro ou do próprio Estado.

Para assessorar as deliberações desse Conselho, formado pelos segmentos que compõem o sistema produtivo, havia a necessidade de um suporte informacional que deveria fundamentalmente basear-se em dois tipos de informações: A primeira, sobre o potencial produtivo da população, e a segunda, sobre o potencial de consumo dessa população. Esses dois universos de informações tinham como célula de análise inicial o próprio município de onde deveriam partir as preocupações relativas à questão do emprego e trabalho do cidadão.

O suporte de informações básicas para a tomada de decisão do Conselho, decisório da economia municipal, deveria ser constituído a partir de informações de

escolas profissionalizantes do 2º grau, Universidades, UFSC e UDESC pelos Institutos de Pesquisas Sócio-Econômico, pela Secretaria de Estado da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Comunitário - Sistema Nacional de Emprego/SC e por todos mecanismos Públicos e Privados existentes no Estado de Santa Catarina, que de certa maneira detinham informações sobre a economia, sobre o potencial de produção e o potencial de consumo do município.

As duas variáveis, o potencial produtivo e potencial de consumo da população, deveriam ser trabalhadas no sentido de produzir o máximo de autonomia produtiva no próprio município. Tudo foi trabalhado teoricamente e discutido pela Comissão. Houve inúmeras reuniões com setores patronais: Sindicato dos Trabalhadores, Federação dos Trabalhadores; com Entidades Comunitárias: Associações de Moradores e Conselhos Comunitários, para debaterem essas propostas.

A Comissão era constituída pelo poder legislativo, não tinha poder executivo, contudo tinha poder de mobilização em torno de uma idéia. Foi este poder de mobilização que gerou o processo cuja última manifestação é o projeto CPP.

Fizeram parte da Comissão todos os prefeitos subseqüentes à primeira eleição no município após o golpe militar de 64, ou seja, Edison Andrino e Bulcão Viana. O atual prefeito Sérgio Grando (na época vereador de Florianópolis), participou de algumas reuniões a nível municipal.

Foi esse poder de articulação e mobilização política em torno da idéia que trouxe resultados, alguns dos quais, muito importantes e muitos ainda por acontecer. Podemos citar como exemplo, por volta de 1984 e 1985, a criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico de Santo Antônio de Lisboa, formado pela própria comunidade.

Este Conselho preocupou-se com o estudo da economia local. Verificou que ali, o principal problema era a utilização de uma rica mão de obra, que era o pescador artesanal, numa nova atividade empreendedora e, naturalmente, essa nova atividade, deveria ter uma relação com o mar.

Do esforço de articulação dessa comunidade brotou um empreendimento local associado à cultura da Ostra e Mexilhão. O processo do cultivo de Ostra e Mexilhão começou, em 1984, a dar seus primeiros passos através de um esforço de articulação política dos Srs. Altino e Queiroz, que mobilizaram as pessoas da comunidade para discutirem o tema “O que fazer com a futura mão de obra desocupada do pescador artesanal”. Claro que, de 1984, uma idéia, para hoje 1995, um fato consumado, houve muita luta, muito esforço de todos os lados, na concretização dessa idéia.

A idéia se concretizou dentro de um princípio básico entre quem detém a força de trabalho, que é o pescador artesanal, e quem poderia possibilitar as reflexões sobre como utilizar o conhecimento profissional desse pescador. O Conselho de Desenvolvimento Econômico de Santo Antônio de Lisboa buscou alternativas econômicas para sua comunidade, principalmente para comunidade de pescadores artesanais e viu que, a grande possibilidade estava em empreendimentos ligados ao mar.

Percebendo que o empreendimento seria viável, buscou assessoramento na Universidade Federal de Santa Catarina que até hoje atua junto a esta comunidade de pescadores com um laboratório de produção de sementes de ostra, estendendo-se não só à comunidade, como com comercialização para toda região da Grande Florianópolis. Já existe um consórcio estabelecido em Santo Antônio de Lisboa entre pescadores e a UFSC cujo fruto principal é a criação de Ostra e Mexilhão em cativeiro. Esse processo

teve início em 1984, através do esforço da Comissão Especial sobre Desemprego. O que ontem a princípio era apenas uma idéia, tornou-se um empreendimento consolidado e para aqueles que acreditavam que as idéias da Comissão fossem utópicas, o atual conglomerado produtivo de Santo Antônio, ligado a ostroicultura e mariscultura, mostra que, a utopia de ontem, hoje é uma realidade.

Esta Comissão manteve seus trabalhos durante a gestão legislativa (1981-1984), dos Deputados Estaduais já citados.

Em 1984, houve disputa eleitoral para Prefeitura Municipal de Florianópolis, sendo eleito o Deputado Estadual Edison Andrino. Durante a gestão deste, a partir de março de 1985, a micro-empresária Ninita Muniz, através da Assessoria de Desenvolvimento Econômico de Florianópolis, iniciou um processo de profissionalização com cursos de Costura Industrial, na PMF. Em 1987 foi inaugurado o Centro de Formação Profissional da Divisão de Desenvolvimento Social do Menor da Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Social. Através de convênio com o SENAI, a PMF promovia cursos profissionalizantes para pessoas carentes do município. Essa iniciativa retomou a proposta da Comissão Especial de Desemprego.

Com novas eleições para prefeito da capital, a vitória ficou com Esperidião Amim, tendo como vice Bulcão Viana. Com a candidatura de Amim para o senado, logo após sua vitória na prefeitura, seu vice assume a maior parte de seu mandato como prefeito. Dando continuidade ao processo iniciado sobre o curso de Costura Industrial, Bulcão Viana preocupou-se em levar o referido curso, para os locais, onde encontravam-se as pessoas carecidas de qualificação profissional. Sua preocupação consistia também, além da profissionalização e colocação de mão-de-obra no mercado, em capacitar essas pessoas para montarem seus empreendimentos.

No ano de 1991, a Assessoria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Florianópolis, através do Sr. Ricardo Hoffmann, desenvolveu um projeto chamado Unidade Comunitária de Produção e Profissionalização - UCPP. A primeira unidade foi inaugurada na comunidade Jardim Ilha Continente. Conforme interesse da comunidade Saco Grande II, foi construída uma unidade - UCPP, nessa comunidade no ano de 1992, tendo iniciado a primeira turma em outubro de 1993. Na comunidade de Chico Mendes foi construído um UCPP, que não chegou a funcionar, sendo transformado em creche em 1993, conforme solicitação da comunidade. No ano de 1993, funcionou um CPP na Trindade, junto à Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, que foi desativado em 1994, por não estar localizado em local carente.

Esse projeto UCPP foi instalado de forma verticalizada, isto é, causando desconfortos entre a população e a prefeitura, por não possibilitar a participação dos sujeitos no processo de definição dos cursos oferecidos. Vejamos o que pensa a esse respeito uma moradora da comunidade Jardim Ilha Continente: *“O projeto está muito distante da comunidade, nem perguntaram para a comunidade se era o curso de Costura Industrial que ela queria”* (relatório de reunião datado em 14/05/94).

Apesar desse desconforto, o então prefeito Sr. Bulcão Viana manteve a proposta teórica de origem da Comissão Especial sobre Desemprego, que era de tentar estimular a organização produtiva de cada comunidade e sua profissionalização.

Com a vitória de Sérgio Grando, a proposta da Comissão retoma seu eixo principal, ou seja, a necessidade de profissionalizar as áreas carentes, agora com a inclusão da participação popular.

Cabe ressaltar que na sua administração a partir de março de 1993, algumas das atividades da Assessoria do Desenvolvimento Econômico passaram para a Secretaria

de Saúde e Desenvolvimento Social, pois a função da mesma era assessorar e não executar.

No dia 16 de julho de 1993, sob a responsabilidade da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, através do Convênio nº 020/93, o projeto foi denominado de Centro de Profissionalização Popular - CPP.

Em função dos equipamentos já adquiridos nas gestões anteriores, foi dada continuidade ao curso de Costura Industrial.

Tendo em vista que, os dois prefeitos Edison Andrino e Bulcão Viana fizeram parte da Comissão Especial de Desemprego durante seus mandatos de Deputados Estaduais, cada um, segundo sua ótica, deu continuidade ao processo de profissionalização iniciado pela Comissão, haja vista que, a mesma não tinha o poder de executar e sim de mobilizar as discussões em torno das questões referentes ao mundo do trabalho.

Uma das características que permeia o projeto desde a sua primeira versão é o seu aspecto supra partidário, ou seja, o projeto passa pela terceira gestão diferente na Prefeitura Municipal de Florianópolis, no entanto, o mesmo vem sendo refletido e aperfeiçoado a cada mandato.

Normalmente, o que se percebe nos projetos de caráter político é a sua extinção logo após o término de mandato de seus autores. Contudo, esse processo iniciado em 1982, vem mostrando a necessidade de pensarmos a questão do trabalho enquanto um direito de todos, buscando alternativas de geração de renda para as famílias menos favorecidas, que se encontram sub-empregadas ou totalmente fora do mercado de trabalho.

A preocupação de organizar as questões referentes a profissionalização popular e tentar encontrar alternativas de geração de renda, para que haja realmente mudança econômica na vida dessas pessoas, deve ser independente de partidos políticos. A preocupação e o compromisso com essa questão, tão relevante na atual conjuntura sócio-econômica e política, devem partir do setor público competente, da iniciativa privada e de setores organizados da sociedade civil.

A última versão do processo que iniciou com a formação da Comissão Especial sobre Desemprego é o atual projeto CPP, o qual abordaremos no próximo item deste capítulo.

1.2 O QUE É O PROJETO

O projeto CPP “é um programa de profissionalização popular a ser executado em comunidades de baixa renda do município de Florianópolis, instalado em prédios já existentes ou construídos para esse fim, articulando recursos humanos e materiais com entidades conveniadas e da própria comunidade, objetivando a formação profissional e geração de renda a indivíduos maiores de 14 anos, conforme Convênio 014/94” (projeto CPP, set. 1995, p. 4).

O projeto não se propõe apenas em formar os profissionais, mas também de estar encaminhando-os ao mercado de trabalho ou estimulando-os na formação de empreendimentos coletivos e/ou individuais. Essa característica distingue o referido projeto dos demais programas profissionalizantes convencionais.

Atualmente o CPP está instalado nas comunidades do Saco Grande II e Jardim Ilha Continente. O curso oferecido ainda é de Costura Industrial. No entanto, há perspectiva de oferecer novos cursos.

O projeto é composto por dois Conselhos, o Deliberativo e o Local. O Conselho Deliberativo é a instância política e deliberativa do projeto. É composta por membros de sete instituições que assinaram o Convênio nº 014/94, para que em parceria com a Prefeitura Municipal o viabilizassem. O mesmo atualmente, se reúne a cada mês para tratar de assuntos relacionados com o projeto, sendo presidido pelo Secretário Municipal da Saúde e do Desenvolvimento Social Sr. Flávio R. L. Magajewski. A coordenação geral do projeto é exercida por um profissional indicado pelo Conselho Deliberativo. No momento vem sendo desempenhada pela Assistente Social Alcione Desiree de Castro, representante da PMF. Além dos encontros mensais com o referido Conselho, acontecem também reuniões com a equipe técnica para tratar de assuntos operacionais.

O Conselho Local representa a comunidade onde está instalado unidade CPP, é composto pelas lideranças comunitárias existentes no bairro e participa das reuniões do Conselho Deliberativo através de um representante que o próprio Conselho Local elege. É importante ressaltar, que essa inclusão da participação da comunidade através deste Conselho já constava do Regimento Interno do projeto CPP, sendo também incluído no documento do projeto elaborado em setembro de 1995.

A operacionalização dos cursos dá-se através do ENSINO e do ESTÁGIO.

No primeiro, os alunos são estimulados a desenvolver sua criatividade através de conteúdos voltados para a profissionalização.

No segundo o objetivo é vivenciar situações que permitam ao aluno exercitarem os conhecimentos adquiridos na etapa anterior, seja como empregado ou empreendedor.

Deste estágio faz parte o Grupo de Produção composto por alunas que concluíram o curso no CPP e desejaram permanecer vinculadas, integrando-se ao mesmo.

Este Grupo pode utilizar as máquinas de costura industrial no período da manhã e comercializar seus produtos em um box cedido pela Associação Florianopolitana de Voluntários - AFLOV, no Camelódromo. Acontece que, com o passar dos anos o número das integrantes aumentou. Atualmente são 14 mulheres, conseqüentemente os problemas começaram a aparecer, pois o espaço cedido pela AFLOV não é suficiente para todas as mulheres, criando assim vários conflitos entre elas, principalmente a competitividade, que pode ser resultado da maneira como o projeto até certo tempo foi conduzido. Essa é uma das falhas da segunda etapa que se refere à produção.

Durante estas duas etapas são ministrados também conteúdos de Nivelamento e Educação Complementar. O Nivelamento refere-se a conteúdos necessários para que os alunos tenham condições de acompanhar a etapa do ENSINO. Educação Complementar são informações repassadas aos alunos ligadas ao curso oferecido, ou sobre determinados temas tais como: relações humanas, noções de saúde, etc.

Esses dois momentos são importantes para os usuários do projeto, tendo em vista que a clientela atendida pelo CPP são segmento da população que tiveram e ainda

tem, dificuldades de acesso à educação formal e também possuem uma baixa renda per capita (dois Sm).

O significado desse projeto aqui apresentado e seus resultados, até então conquistados, serão analisados (reflexivamente) no decorrer desta monografia.

1.3 RELAÇÕES INSTITUCIONAIS

Um outro aspecto do projeto em questão é o seu caráter institucional. Essa característica foi formalizada através de um Convênio celebrado em 16 de julho de 1993, entre a Prefeitura Municipal de Florianópolis e mais oito (8) entidades:

- Serviço Nacional da Indústria (SENAI);
- Serviço de Apoio a Pequena e Média Empresa (SEBRAE);
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (UDESC);
- Secretaria de Estado da Habitação, Saneamento e Desenvolvimento Comunitário - Sistema Nacional de Emprego/SC (SHD-SINE);
- Escola Técnica Federal de Santa Catarina (ETF-SC);
- Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina (FETESC)
- Serviço Social do Comércio (SESC).

O conjunto de representantes destas entidades conveniadas formam o seu Conselho Deliberativo como já foi citado anteriormente.

Este Convênio vigorou durante um ano, sido renovado em 09 de agosto de 1994. Face as suas necessidades alterou seu prazo de vigência de um para dois anos.

Com o término do Convênio anterior, o SEBRAE se retira do Convênio permanecendo as demais entidades, e a ETF-SC e FETESC passam a ser uma única entidade no Convênio.

Cabe ressaltar que o SEBRAE teve uma participação efetiva na assessoria do projeto, sendo até coordenador do mesmo.

Em entrevista, o Sr. Flávio Magajewski, presidente do Conselho Deliberativo do projeto CPP, declarou que o motivo principal do SEBRAE ter participado do Convênio CPP teria sido uma dívida muito grande, em impostos, contraída por esta entidade com a PMF com processo tramitando na Justiça.

Em função dessa dívida foi feito um acordo entre o SEBRAE e a administração municipal anterior a de 1993, ficando acertado que o mesmo participaria do Convênio CPP, cedendo profissionais para trabalharem no projeto. O trabalho realizado por esses profissionais geraria um crédito junto PMF, e conseqüentemente um abatimento no valor da dívida.

Posteriormente o SEBRAE ganhou na Justiça a pendência tributária que tinha com a prefeitura acabando assim sua dívida, e com ela, o interesse em continuar no projeto.

Justificando seu afastamento do projeto, o SEBRAE apresentou algumas questões técnicas, após avaliação feita com base no período em que atuou. Segundo elas, a proposta do projeto estava restrita ao setor de formação de mão-de-obra na área de confecção e esta mão-de-obra era de baixo nível educacional e baixo poder aquisitivo, não garantindo aos usuários preparados pelo CPP, a sua colocação no mercado de trabalho. Sendo esses os principais motivos que desestimularam a continuidade do SEBRAE no projeto.

Mesmo havendo manifestação de interesse por parte da Prefeitura Municipal de Florianópolis para que o SEBRAE permanecesse no Convênio, o mesmo não renovou, pelos motivos acima mencionados.

Serão descritas a seguir as atribuições que cabem a cada entidade no Convênio, e posteriormente serão analisadas. É importante salientar que estas atribuições estão previstas no Convênio nº 014/94, sendo assim as mesmas foram construídas a partir da experiência do primeiro Convênio. Cabe mencionar que as funções de responsabilidade do SEBRAE foram divididas entre as demais entidades.

“DAS OBRIGAÇÕES DA P.M.F.

Caberá a P.M.F.:

1. Incluir no orçamento os recursos necessários a implantação e manutenção do programa, objeto deste Convênio.
2. Alocar pessoal técnico necessário para exercer as funções nos CPP previstas no projeto anexo.
3. Garantir o custeio da manutenção de máquinas, equipamentos e instalações físicas, a guarda do patrimônio e despesas administrativas (telefone, água, luz, gás, material de limpeza e expediente) dos CPP.
4. Fornecer material de consumo necessários ao aprendizado do ENSINO I.
5. Celebrar a assinatura do Convênio, de preferência único, com as entidades identificadas.
6. Estimular a participação das organizações locais, para a criação e funcionamento do Conselho Local, nas comunidades onde estão localizados os CPP, articulado com outras entidades com essa atribuição.
7. Propor ao Conselho Deliberativo, embasado em critério técnicos, as

comunidades de baixa renda, nas quais deverão ser implantados os CPP.

8. Articular-se com entidades necessárias, para recrutar os candidatos aos cursos oferecidos nos CPP.

9. Conveniar com a comunidade, visando otimizar os equipamentos comunitários existentes.

10. Participar da Educação Complementar, juntamente com as entidades conveniadas, conforme o projeto em anexo.

11. Encaminhar e acompanhar o atendimento à demanda de produto/serviço, conforme estabelecido nos projetos específicos.

12. Articular com outras entidades o acompanhamento e avaliação dos resultados no projeto CPP, garantindo a efetividade do seu objeto.

13. Acompanhar o Estágio II, juntamente com outras entidades conveniadas.

14. Viabilizar a compra de matéria-prima do Estágio II, e as vendas de produtos acabados/serviços comunitários, através da organização e participação em centrais, cooperativas, e ou eventos ou feiras.

15. Acompanhar, por prazo determinado, as unidades produtivas derivadas do Estágio II.

16. Encaminhar egressos formais para cadastro de compras governamentais.

DAS OBRIGAÇÕES DO SENAI-SC

Caberá ao SENAI-SC:

1. Articular-se com as entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos interessados, e que atendam aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;

2. Ministrar ensino profissionalizante para operações industriais e de serviços (Ensino I e II) dentro dos padrões de qualidade do SENAI e de conteúdos específicos relativos à Educação Complementar, conforme projeto anexo;
3. Acompanhar e supervisionar os programas desenvolvidos nos CPP, com a metodologia do SENAI;
4. Incorporar os conteúdos atinentes às noções básicas de mecânica de máquinas e equipamentos ao Programa de Ensino I;
5. Fornecer o material didático necessário ao aprendizado do Ensino I e II;
6. Adequar o ensino profissionalizante às necessidades dos Estágios para atendimento à demanda de produtos/serviços de interesse das entidades conveniadas e empresas cadastradas;
7. Fornecer através do seu quadro de pessoal, horas/atividades serviços técnicos e de apoio;
8. Fornecer mão-de-obra para manutenção elétrica dos CPP;
9. Encaminhar os treinandos aptos ao Ensino II e Estágio II;
10. Ministrar o Estágio I e II com o objetivo de simular o mercado de produção, conforme projeto anexo;
11. Emitir Certificados de Conclusão de cursos aos participantes, conforme regimento interno do SENAI;
12. Orientar tecnicamente os aprovados no Estágio II para aquisição dos equipamentos necessários ao início de atividades como autônomo ou empregador;
13. Identificar e treinar, em parceria com a ETF-SC e SESC, os instrutores

dos cursos repassando-lhes a metodologia adequada às atividades de ensino aprendizagem e fornecer conhecimentos para que os mesmos exerçam o controle de qualidade nos estágios I e II.

DAS OBRIGAÇÕES DA UFSC

Caberá a UFSC:

1. Colaborar na busca de recursos e na implantação, na manutenção e na elevação da eficiência das atividades previstas no projeto anexo;
2. Pesquisar em conjunto com a UDESC, o perfil do mercado - necessidades e tendências - e o perfil produtivo das comunidades atendidas pelo projeto, com o objetivo de subsidiar a definição da programação a ser desenvolvida em cada CPP;
3. Realizar pesquisas demandadas pelo projeto, articulando-se com outras entidades conveniadas com essa atribuição;
4. Participar da Educação Complementar, através de conteúdos específicos necessários à clientela-alvo, ao Conselho Deliberativo e à comunidade conforme programa de cada CPP;
5. Participar do aprofundamento de conteúdos específicos, atentando para qualificação dos treinandos/candidatos à obtenção de financiamento com perspectiva à implantação de empreendimentos produtivos;
6. Fornecer certificados de conclusão de curso conforme o regimento geral da UFSC;
7. Desenvolver metodologia para envolvimento das comunidades-alvo do projeto CPP;
8. Assessorar as comunidades beneficiadas pelo projeto CPP, na formação do Conselho Local, previsto no Capítulo IV, Art. 25 do seu Regimento Interno,

articulando-se com as demais conveniadas com esta atribuição;

9. Assessorar as comunidades atendidas pelo projeto CPP na formação e consolidação dos empreendimentos produtivos oriundos do projeto CPP;

10. Articular-se com as entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos atendendo aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;

11. Orientar os treinandos aprovados no Estágio II quanto à obtenção de financiamento, recebimento de equipamento por doação e contrato de cessão em comodato para instalação de seus empreendimentos produtivos;

12. Orientar quanto à legalização dos empreendimentos produtivos oriundos dos CPP;

13. Auxiliar a elaboração do projeto de viabilidade econômico-financeiro dos empreendimentos produtivos para os interessados do Estágio II;

DAS OBRIGAÇÕES DA UDESC

Caberá a UDESC:

1. Pesquisar, em conjunto com a UFSC, o perfil do mercado - necessidades e tendências - e o perfil produtivo das comunidades atendidas pelo projeto, com o objetivo de subsidiar a definição da programação a ser desenvolvida em cada CPP;

2. Participar do ensino de conteúdos específicos necessários à clientela-alvo, ao Conselho Deliberativo e à comunidade conforme programa de CPP;

3. Participar do aprofundamento dos conteúdos específicos atentando para qualificação do treinando-candidato à obtenção de financiamento com perspectiva à implantação de empreendimentos produtivos;

4. Fornecer certificados de conclusão de curso conforme regimento da

UDESC;

5. Articular-se com entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos atendendo aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;

6. Orientar os treinandos no Estágio II quanto à obtenção de financiamento, recebimento de equipamentos para doação e contrato de cessão em comodato para instalação de seus empreendimentos produtivos;

7. Participar na Educação Complementar, atentando para a qualificação do treinando candidato à obtenção de financiamento e com perspectiva de implantação de empreendimentos produtivos;

8. Orientar quanto à legalização dos empreendimentos produtivos oriundos dos CPP;

9. Elaborar o projeto de viabilidade econômico-financeira dos empreendimentos produtivos para os interessados do Estágio II.

DAS OBRIGAÇÕES DA SHD-SINE

Caberá à SHD-SINE:

1. Articular com as entidades comunitárias e instituições governamentais, notadamente as que lhe tenham proximidade institucional e/ou de relação de cooperação técnico-financeira, visando a disponibilidade de espaços físicos para a implantação e funcionamento dos CPP;

2. Ministras, nas áreas de sua competência, os conteúdos da Educação Complementar, conforme o programa dos CPP, acompanhando os treinandos candidatos ao mercado de trabalho;

3. Viabilizar a alocação de recursos humanos correspondentes às atividades

propostas no projeto anexo;

4. Emitir Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS), através do SINE-SC;

5. Viabilizar a participação e a realização de feiras e eventos, para divulgar a produção comunitária;

6. Promover a melhoria do nível organizacional da comunidade escolhida, através da criação e/ou ativação dos grupos organizados existentes, para que colaborem com a CPP, em conjunto com as demais conveniadas;

7. Cooperar financeiramente nas pesquisas econômicas sobre o mercado de trabalho e de produção;

8. Cooperar financeiramente nas pesquisas sobre emprego formal e informal na Grande Florianópolis;

9. Incluir no plano de trabalho do SINE-SC para 1994 e anos subseqüentes, a serem apresentados no Ministério do Trabalho, as ações e atribuições previstas no projeto anexo e programas específicos inerentes a intermediação de mão-de-obra, atendimento ao seguro desemprego e à reciclagem profissional;

10. Articular com as entidades conveniadas necessárias para recrutar e selecionar os candidatos interessados e que atendam aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular;

11. Assessorar o Estágio II, conforme o projeto anexo.

DAS OBRIGAÇÕES DA ETF-SC E DA FETESC

Caberá a ETF-SC e a FETESC:

1. Viabilizar a prática deste Convênio, tanto na operacionalização do projeto anexo como na administração da relação entre as entidades conveniadas através da

FETESC que se colocará à disposição para coordenar e avaliar dentro da sua área de atuação cursos de profissionalização popular;

2. Recrutar, selecionar e contratar os profissionais necessários mediante o pagamento de salários, encargos sociais, fundo de rescisão e taxa de administração, que serão de responsabilidade da instituição que solicitar os serviços da ETF-SC;

3. Colocar a experiência da ETF-SC atinente ao Serviço de Integração Escola-Empresa à disposição das entidades conveniadas para o gerenciamento das atividades de estágio;

4. Participar, juntamente com as demais entidades conveniadas, da Educação Complementar conforme dispõe o projeto anexo;

5. Fornecer certificados de conclusão de curso conforme os estatutos da ETF-SC;

6. Identificar e treinar, em parceria com SENAI e SESC, os instrutores dos cursos repassando-lhes a metodologia adequada às atividades de ensino aprendizagem e fornecer conhecimentos para que os mesmos exerçam o controle de qualidade nos estágios I e II;

7. Colaborar com o projeto nas transações que envolvam entrada ou saída de produto e serviços oriundos dos CPP.

DAS OBRIGAÇÕES DO SESC

Caberá ao SESC:

1. Conceder até 5 (cinco) bolsas de estágio para alunos da UFSC e/ou UDESC com vistas a apoiar, com suporte técnico os programas dos CPP e Conselho Deliberativo do CPP;

2. Participar, juntamente com as demais entidades conveniadas, do

aprofundamento do conteúdo repassado no Ensino I e II e das ações de Nivelamento e Educação Complementar necessários para o alcance dos objetivos dos programas CPP;

3. Participar da definição e organização dos programas dos CPP observando o perfil sócio-econômico da população alvo e perfil do mercado, necessidades e tendências;

4. Colaborar na viabilização de feiras e/ou eventos com vistas a comercialização do produto e valorização do contexto cultural das comunidades envolvidas;

5. Articular-se com a ETF-SC e SENAI, para recrutar e selecionar os candidatos a instrutores interessados e que atendam aos requisitos previstos nos programas de profissionalização popular e participar do treinamento.” (Convênio CPP, 1994)

Esse conjunto de atribuições que cabe a cada entidade pode ser resumido em três (3) importantes funções. Na verdade essas funções caracterizam a própria metodologia de trabalho do CPP:

FUNÇÃO	ENTIDADES RESPONSÁVEIS
PESQUISA e ASSESSORAMENTO	UDESC e UFSC
ENSINO PROFISSIONALIZANTE	SENAI, SESC, ETFSC
EXECUÇÃO	PMF, SHD-SINE e FETESC

Verificando esse quadro, percebemos que a intenção do referido projeto vai além dos cursos oferecidos, fazendo-se necessária a Pesquisa como caminho para se chegar a uma metodologia mais adequada de trabalho com as comunidades de baixo poder aquisitivo. Conseqüentemente, os resultados dessa Pesquisa mostrarão como proceder no Ensino Profissionalizante para se chegar a Execução.

Já vimos as funções que cabem à cada entidade no Convênio, mas queremos saber quais os motivos que levaram as entidades a assinar o Convênio, o que pensam a respeito do projeto e se há propostas das mesmas em relação ao CPP. Para obtermos essas respostas entrevistamos todas as sete (7) entidades conveniadas. As perguntas foram semi estruturadas e as mesmas para todas (anexo 1).

O objetivo dessas entrevistas também é de dar voz aos sujeitos que participam do projeto CPP, mostrando assim, as falas dos mesmos que revelam seus pensares e agires em relação ao projeto em foco.

Vejamos os motivos que levaram as entidades a participar do Convênio:

“A SDF, antiga SHD foi convidada inicialmente para participar do projeto CPP, pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, em meados de 1994 na condição de parceira a fim de possibilitar o acesso do projeto CPP nos espaços físicos dos Conselhos Comunitários e Associações de moradores conveniados com este Órgão Estadual.”

(MEDEIROS E RAITZ, representantes do SHD-SINE, 19/09/95)

Percebemos que esta entidade se coloca na posição de parceira com uma proposição clara e fundamental para viabilizar a participação comunitária nesse projeto, levando-o até os espaços comunitários. É importante esclarecer que a SHD-SINE, já participa do projeto desde 1993, sendo que apenas a nova direção da SDF como é chamada atualmente, iniciou em meados de 1994, na gestão do governador Paulo Afonso (1994-1998).

“Quando eu assumi a Unidade Especial para o Desenvolvimento da Pesquisa e extensão na ETF-SC, me foi repassado o Convênio

CPP, sendo que na verdade não ficou muito claro, para mim, quais foram as motivações iniciais da instituição, entretanto é muito claro para a nova direção o interesse em executar uma série de trabalhos em comunidade e o CPP é um trabalho que tenta atingir uma série de comunidades carentes.”

(Mauro Sareta, representante da ETFSC, 18/09/95)

Nessa fala entendemos que o trabalho comunitário é importante para essa entidade. O entrevistado deixa claro o interesse da instituição por trabalhos de caráter comunitário, e afirmando o que o mesmo disse, o CPP realmente pretende atingir as comunidades periféricas da Grande Florianópolis, portanto, o projeto oferece um vasto campo de trabalhos comunitários.

“O que levou a UDESC a participar do Convênio foi a preocupação com a parte de profissionalização, já que os nossos cursos são todos praticamente cursos profissionais. E, essa é uma grande preocupação e uma forma de também fazer a extensão universitária, saindo um pouco de toda essa estrutura acadêmica que se tem.”

(Rogério Cancelier, representante da UDESC, 18/09/95)

A extensão universitária é muito importante, tendo em vista que essas instituições “produzem conhecimentos”, e através da extensão esses conhecimentos são compartilhados com as comunidades.

“No projeto CPP há atividades que são inerentes a atividade acadêmica, que são atividades ligadas à pesquisa, ao ensino e à extensão. A UFSC viu esse convite como um grande desafio. Esse desafio está no fato de que a mesma prepara muito bem

perfis profissionais de nível superior, mas não tem nenhum domínio metodológico na educação profissionalizante popular.”

(Norberto Suhnel - representante da UFSC - 25/09/95)

Percebemos nessas palavras que a profissionalização popular é algo recente, é uma necessidade mostrada pela realidade que precisa ser pensada e é mesmo um desafio como foi colocado. Com a experiência do CPP verificamos que muito pouco se sabe sobre a profissionalização popular, até mesmo a instituição responsável em “produzir conhecimentos” declara que ainda não tem nenhum domínio nessa área, teoricamente existe muito pouca elaboração à respeito do tema.

“O objetivo do SENAI em participar do Convênio seria prestar assistência junto ao CPP, já que o SENAI é uma entidade que tem experiência na área de qualificação profissional. Desta forma poderíamos prestar uma assistência melhor juntamente com a PMF e as demais entidades.”

(Gazola, representante do SENAI, 07/09/95)

Sem dúvida o SENAI é uma entidade que pode contribuir muito com o CPP, como foi dito na entrevista, a entidade tem experiência no ensino profissionalizante podendo assim repassar seus conhecimentos para as demais entidades e juntas viabilizarem as ações que norteiam o CPP.

“O objetivo do SESC no Convênio é integrar a ação para promover populações de baixa renda, como parte de seu compromisso social e na possibilidade de atingir famílias comerciais por acreditar nas relações de parcerias.”

(Tânia - representante do SESC, 10/95)

O compromisso social para promover as populações de baixa renda, aparece mais uma vez, indo ao encontro dos objetivos do CPP, para essa instituição esse é um dos seus compromissos sociais. A questão da parceria aparece novamente, mostrando ser um aspecto relevante no projeto.

“A PMF não só articulou-se com entidades para criar o projeto CPP, como manteve-se até agora no Convênio, porque tem como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico social do município, com o intuito de minimizar os desequilíbrios sociais, integrando as comunidades carentes à economia urbana.”

(Alcione de Castro - coordenadora do projeto CPP - 10/95)

O papel da PMF nesse projeto é fundamental, já que o próprio projeto, como foi dito na entrevista é oriundo dessa instituição. Também é papel do município se preocupar com as questões sociais dessa natureza, portanto, o compromisso da PMF com o projeto é relevante para a continuidade do mesmo.

Apesar do projeto em questão estar recheado de atribuições oriundas das entidades conveniadas, na prática, as dificuldades dessas instituições em se inteirarem e até mesmo cumprir com as atribuições previstas no Convênio são evidentes.

“A ETFSC tem participado muito pouco das reuniões, pela própria impossibilidade de sairmos daqui, estamos com acúmulo de serviço imenso, com problemas sérios de pessoal, temos o máximo interesse em participar, teríamos vontade de oferecer algo a mais, mas está complicado, a nossa dificuldade está em permanecer no projeto.” (Sareta - representante da ETFSC)

“Para a UDESC é um projeto válido mas não conseguimos ainda sensibilizar professores para que possam efetivamente trabalhar no projeto. Primeiro porque a grande parte dos nossos professores têm uma carga horária para ensino muito grande, não sobrando tempo para fazer extensão.”

(Cancelier - representante da UDESC)

Podemos concluir dessas palavras, que falta um pouco de legitimidade das instituições para com o Convênio que foi celebrado pelas mesmas, falta compromisso com o que cada uma se propôs ao assiná-lo. Vejamos a ata da reunião do Conselho Deliberativo em dez (10) de novembro de 1994: a Coordenação do projeto observa “as dificuldades encontradas por cada entidade para realizar seus compromissos assumidos em Convênio. Verifica que atualmente a Prefeitura Municipal de Florianópolis vem assumindo a sua parte; o SENAI está sem tempo suficiente, a UFSC está priorizando a criação dos Conselhos Locais. Sugere para que as entidades se encontrem para avaliarem a continuidade do projeto.”

O engajamento de todas as entidades conveniadas é fundamental para a viabilização das reflexões e ações referentes ao projeto em foco.

Cada instituição avaliou o projeto sob a seguinte ótica: *“A SDF considera a iniciativa social denominada “projeto CPP” positiva, uma vez que seus objetivos coadunam com as nossas diretrizes em relação à Geração de Emprego e Qualificação Profissional para as populações de baixo poder aquisitivo.”*

ETFSC - *“nós achamos que o projeto é muito interessante.”*

(Sareta - representante da ETFSC)

Para UDESC - *“é um projeto válido.”*

(Cancelier - representante da UDESC)

UFSC - *“Eu vejo que o projeto vive a contradição, de uma prática que vinha sendo feita, dentro de uma lógica, num direcionamento metodológico e uma outra perspectiva de atuação que é essa que a UFSC tem colocado, hoje está sendo mais compreendida e até aceita pelo Conselho Deliberativo. Essa contradição existe porém é difícil para explicar. O projeto ele é realmente assim horas os caminhos estão se cruzando e horas não se cruzam. Hoje o que acontece é que o Conselho Deliberativo está aceitando essa metodologia que envolve a participação da comunidade, envolve uma pesquisa que é do perfil produtivo, que envolve uma preocupação com o empreendimento, então eu diria que o projeto deu um salto em termos de proposta, a nível operacional ele vive essa contradição. Então a nível de Conselho Deliberativo está se tendo essa sensibilidade na questão da participação comunitária. Uma questão que está também sendo olhada é a situação do setor informal, as instituições começaram a olhar para questão do trabalhador informal, se deram conta a partir do momento que os desafios se colocavam.”*

(Simone - representante da UFSC)

SENAI - *“O CPP visa formar o aluno e colocá-lo no mercado de trabalho ou ajudá-lo a ser um empreendedor. Eu acho que o CPP, através da sua política, está mais engajado que o SENAI, pois o SENAI só forma, e o CPP quer formar um profissional ou um empreendedor. Mas, o CPP já existe há alguns anos e está com uma dificuldade grande para colocar essas pessoas no mercado de trabalho, ou então, em fazer com que esse pessoal forme sua empresa. O CPP tem que pensar melhor na segunda etapa. Na primeira, acho que atingiu os objetivos, acho que o aluno está saindo com capacidade para desenvolver um bom trabalho na empresa ou para montar*

seu próprio negócio mas, a segunda parte está deixando a desejar e por isso o projeto tem que pensar melhor.” (Gazola - representante do SENAI)

O que o mesmo quis dizer é que o projeto está dando conta de profissionalizar as pessoas como faz o SENAI e ou SENAC, contudo a parte da produção não está dando o retorno esperado, talvez porque só agora é que se esteja pensando a esse respeito, ou seja, o que fazer com as pessoas que se formam no CPP.

Simplesmente dar um certificado de conclusão do curso ou pensar em alternativas que tragam retorno financeiro para as mesmas, seja no mercado de trabalho, como empreendedor, ou formas de cooperativas, é o desafio que o projeto está enfrentando no momento e precisa ser encarado de frente. Na verdade essa situação sempre esteve presente no CPP, mas não tão acentuada como agora, essa circunstância é decorrente da forma como o CPP foi implantado e direcionado politicamente, acarretando sérios problemas na segunda etapa do projeto no que se refere a produção.

SESC - “Os fatores que dificultaram a participação mais efetiva do SESC no projeto: a participação inexpressiva dos membros das instituições conveniadas, nas reuniões do Conselho Deliberativo, a não compreensão do conceito “Profissionalização Popular”, ausência de vontade política nas ações das unidades, indefinição quanto ao Grupo de Produção e Regimento do Conselho Local, desconhecimento do perfil das comunidades/CPP e mercado, reuniões do Conselho Deliberativo - participação de todos os segmentos (representante Conselho Local e Grupo de Produção) defendemos fóruns diferenciados.” (Tânia - representante do SESC).

Os fatores levantados pelo SESC, que dificultaram sua participação no projeto, como a falta de participação de algumas entidades, bem como as dificuldades

das entidades conveniadas de participarem efetivamente das reuniões do Conselho Deliberativo, foram também questões levantadas por algumas das instituições.

Analisando o tema Profissionalização Popular, concluímos que a falta de compreensão do mesmo, deve-se ao fato desse assunto ser recente, e conseqüentemente sem elaboração teórica para fundamentá-lo.

Quanto aos fóruns diferenciados, refere-se a participação dos representantes dos Conselhos Locais, somente nas reuniões do Conselho Deliberativo, quando o assunto lhes disser respeito. Essa questão foi brevemente discutida em um dos encontros do Conselho Deliberativo e um dos representantes do Conselho Local manifestou-se dizendo que gostaria de participar de todas as reuniões do Conselho Deliberativo.

P.M.F. - *“A avaliação da P.M.F. é que falta um maior acompanhamento social, psicológico e econômico ao Grupo de Produção do projeto CPP, como também maiores perspectivas quanto a obtenção de financiamento, para que os treinandos possam gerar seu próprio negócio.”* (Alcione - representante da PMF)

O projeto, quando elaborado, até pensou em encaminhar as alunas para o mercado de trabalho ou apoiá-las na busca de financiamento para montarem seus próprios empreendimentos, no entanto essas duas alternativas não vêm dando certo. Agora esse é um dos problemas enfrentados pelo CPP, pois as mulheres mais antigas (as que estão desde o início do CPP) recusam-se a retirar-se do projeto sem uma solução que garanta a continuidade de seu trabalho na área da costura industrial, não como mão-de-obra, pois muitas ofertas de trabalho vêm sendo recusadas pelas mesmas. Uma das integrantes do Grupo manifestou seu desejo da seguinte forma: *“Eu ainda não saí do projeto porque sempre pensei em formar uma cooperativa.”*

A questão da formação de uma cooperativa está sendo pensada e é um processo que está em andamento, entretanto as dificuldades de relacionamento entre as mulheres e o aspecto econômico são muito fortes. Como foi dito na entrevista que está sendo analisada falta acompanhamento psicológico e apoio na questão financeira dessas pessoas. Esse esforço para que o Grupo se consolide, deve ser do projeto como um todo, pois o objetivo do mesmo é aumentar a renda familiar, e para que isso aconteça é necessário, que as pessoas que formam o Conselho Deliberativo, compreendam seu objetivo principal.

Vejam os que alguns integrantes desse Conselho pensam a respeito dessas mulheres que estão desde o início no projeto: *“As primeiras pessoas que se formaram estão até hoje nesse Grupo de Produção e não querem sair, estão lá com sua vaga garantida e não estão a fim de perder essa oportunidade.”* (entrevista com o SENAI em 09/95). A coordenação do projeto, em uma reunião no dia 02 de março de 1995, informou que o tempo de permanência do Grupo de Produção estava previsto até o dia 28 de fevereiro de 1995. O Grupo reuniu-se com o presidente do Conselho Deliberativo para que esse prazo fosse prolongado, mas a posição do mesmo foi de permanência da decisão anterior.

O que está em questão não é simplesmente ampliar ou não esse prazo. Segundo o presidente do Conselho, com o prolongamento do prazo se criaria uma situação de dependência ao invés de autonomia. É importante agora que se pense na segunda etapa, no que se refere à produção; que o projeto CPP modifique realmente a situação sócio-econômica dessas pessoas, concretizando assim seu objetivo.

Quanto às proposições das instituições conveniadas para o projeto CPP:

“A SDF aguarda negociação do projeto CPP com a mesma, a fim de definir e articular formalmente as possibilidades e limitações, junto ao programa.”
(representante da SHD-SINE, 19/09/95)

“O que a ETF-SC pode, realmente, oferecer é o repasse de contratação de profissionais. Eventualmente, algum apoio em termos de preparação de instrutores, certificação, mais do que isso não temos condições. Sentimos também dificuldades em comparecer às reuniões, por serem muito longas. Acreditamos que este problema possa ser resolvido, agilizando-se as mesmas.” (Sareta, 09/1995)

“Segundo a UDESC, um grande problema enfrentado pelo CPP, é a questão da comercialização dos produtos fabricados pelo Grupo de Produção. Na nossa concepção, seria bom ter no CPP um Centro de Cadastramento de Profissionais oferecendo seus serviços, e o projeto faria essa mediação.” (Cancelier, 09/1995)

“A proposta que a UFSC tem para o CPP está centrada na organização produtiva popular. Como a população periférica urbana de baixa renda é capaz de se organizar produtivamente. Claro está que, para que essa proposta seja viável é necessário que se realize alguns estudos e algumas pesquisas.

A primeira delas é sobre o potencial produtivo dessa comunidade. Antes, porém, de chegar nesse local tem que haver um procedimento metodológico de aproximação para que se possa, realmente, obter uma organização comunitária voltada a sua produção. Essa proposta tem uma etapa inicial metodológica de aproximação comunitária, levantamento do potencial produtivo e por fim a concretização desse levantamento em empreendimentos, ou cursos, ou ações.” (Norberto Suhnel - UFSC)

“Também há a preocupação com a organização política do setor informal, porque achamos que não é uma coisa bem, diretamente do projeto mas, vai acabar

atingindo-o. Já estamos nos defrontando a nível de Conselho Deliberativo, com situações em que é preciso que haja um posicionamento político, tanto do Conselho como até da própria comunidade, frente a situação do setor informal e suas peculiaridades. Essa é uma proposta, nós ainda não temos claro, mas é uma proposta de discutir a organização e representação do setor informal.” (Simone Machado - UFSC, 09/1995)

“Uma das propostas que o SENAI tem é a diversificação dos cursos. Oferecer outros. Uma outra proposta é para que o projeto se empenhe mais na segunda parte, para que seus objetivos possam ser atingidos. Não adianta ficar só formando, isso o SENAI já faz e outras entidades também que só formam e colocam no mercado. E muitas dessas pessoas acabam em casa esquecendo-se do que aprenderam pois falta-lhes apoio.” (Gazola, 09/1995)

“Para o SESC, é necessária a definição dos direitos e deveres dos treinandos, critérios para cada uma das etapas do curso (tempo e responsabilidade), efetiva participação das conveniadas, conhecimento do perfil dos treinandos do CPP, acompanhamento dos egressos e escoamento da produção, análise sócio-econômica dos treinandos durante o projeto (o que melhorou e em que proporção), fórum para debate com o Conselho Local quanto a sua função e forma de participação no Conselho Deliberativo, revisão do objeto e atribuições das conveniadas no projeto CPP, organização de mecanismos para acompanhamento das atribuições das conveniadas.” (Tânia, 10/1995)

“A P.M.F. sugere: maior conhecimento do projeto por parte dos dirigentes das entidades; maior vontade política, priorizando o trabalho social dando mais condições de trabalho e pessoal; maior conhecimento do mercado de trabalho no

município; necessidade de adaptar cursos que atendam à população carente, conforme seu nível de instrução; acompanhamento de egressos e escoamento da produção; análise sócio-econômica dos treinandos durante o projeto (para verificar sua melhora).” (Alcione, 10/1995)

Analisando as respostas proferidas pelos entrevistados percebemos que cada entidade tem a sua própria concepção do que seja o projeto CPP. As que estão mais efetivamente presentes nas discussões à respeito do mesmo, vêem o projeto, não apenas como um órgão que oferece cursos, mas que também está preocupado com a organização produtiva das pessoas para as quais ele está voltado. Trata-se de uma visão política ampla, com propostas que dão conta da realidade onde estivessem instalada unidade CPP.

Por outro lado, verificamos que a visão de determinadas instituições conveniadas restringe-se apenas a parte operacional do mesmo. Talvez essa dificuldade seja em função da falta de participação em virtude dos problemas enfrentados pelas instituições, já colocados anteriormente.

1.4 A PARTICIPAÇÃO DA UFSC NO PROJETO CPP

A Universidade Federal de Santa Catarina vem acompanhando o processo que originou o projeto CPP desde a Comissão Especial sobre Desemprego na Assembléia Legislativa, contribuindo através de dois Assessores conforme já citamos. Porém, durante a gestão de Edison Andrino, não havia nenhum vínculo formal entre a Universidade Federal de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Florianópolis, para o desenvolvimento desta idéia.

Durante o mandato de Bulcão Viana, a UFSC contribuiu efetivamente através da pessoa de Ricardo L. Hoffmann, seu Assessor Econômico. Contudo, foi na gestão de Sérgio Grando que a contribuição foi maior, pois o Sr. Almir Quites, Assessor do prefeito, convidou a UFSC a participar desde a discussão até a elaboração do projeto CPP, como uma das entidades conveniadas.

A participação da UFSC no projeto CPP deu-se através de sua política de extensão, “entendida como uma das funções básicas da Universidade, é a interação, sistematizada desta com a comunidade, através de mútua prestação de serviços, visando contribuir para o desenvolvimento dessa comunidade e dela buscar conhecimentos e experiência para avaliação e vitalização do ensino e da pesquisa” (RESOLUÇÃO n. 44/CEPE/87)

Formalizado o convite para a UFSC participar do projeto CPP, o Reitor Antônio Diomário Queiroz designou seu Assessor, prof. Norberto Suhnel, para propor aos departamentos que estudassem e se manifestassem sobre as condições de como poderia ser essa participação.

Um dos departamentos consultados foi o de Serviço Social. “A extensão no Curso de Serviço Social é entendida como “Serviço” que a Universidade presta à comunidade, ou seja, aplicação do conhecimento”. Tendo em vista as temáticas centrais que permeiam as práticas profissionais nos estágios acadêmicos, contemplando criança e adolescente, idoso, saúde, trabalho e Assistência Social e População foram criados “Núcleos de Estudos”. (Documento do Departamento do Serviço Social - UFSC, p. 4)

O Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular interessou-se pelo projeto em virtude do mesmo proporcionar um trabalho em comunidade. A pessoa designada para representar o referido Núcleo foi a Assistente Social Simone

Matos Machado. Esta começou a participar de algumas reuniões promovidas pela Reitoria para discutir o envolvimento dos departamentos neste processo. Na 4ª reunião realizada, Simone apresentou um esboço da metodologia que nortearia a atuação do Serviço Social no projeto CPP. Nessas reuniões também participaram outros Departamentos: Engenharia Sanitária, Engenharia Civil, Ciências Econômicas, Agronomia e o Diretor do CED. Estava formando-se uma equipe interdisciplinar.

Nessa ocasião, o projeto CPP era, apenas, mais uma das atividades de Simone até que o Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular tentou priorizar o projeto, passando a mesma a ter dedicação exclusiva. Para desenvolvê-lo, foi designada, em março de 1994, representante suplente da UFSC no Conselho Deliberativo do projeto CPP.

Nas reuniões do Conselho Deliberativo ficava claro a posição da UFSC no que se referia a preocupação em se respeitar a cultura, das comunidades com as quais pretendia-se interagir. Esta preocupação iniciou um processo rico e ao mesmo tempo difícil, pois as entidades que compunham este Conselho tinham objetivos diferentes, não se falava em participação comunitária, havia medo e descrença quanto à capacidade dessas pessoas para quem o projeto fora criado.

Uma das dificuldades encontradas internamente na UFSC foi a constituição permanente da equipe interdisciplinar, pois eram os Departamentos de Ciências Econômicas e Serviço Social que demandavam com mais frequência.

No início de 1994, este grupo interdisciplinar nas pessoas de Norberto Suhnel, Simone Matos Machado, Armando Lisboa e duas estagiárias de economia Ana Lúcia e Maricília Volpato, participou das discussões sobre o Regimento Interno do

projeto CPP. A equipe analisou cláusula por cláusula, para não deixar perder-se a questão da participação e da democracia.

Esse trabalho foi necessário e importante, pois o Regimento Interno iria definir a ação do projeto. Na ocasião, na UFSC, já se pensava em uma estrutura a nível de comunidade, que a representasse no CPP. Na época ainda não se tinha claro o nome dessa instância representativa, que mais tarde chamou-se de Conselho Local. Esse documento deveria prever esse tipo de representatividade. A preocupação foi garantir o espaço para a formação desse Conselho Local⁽⁴⁾.

Com a participação mais intensa do Serviço Social (UFSC), juntamente com representante titular professor Norberto Suhnel, junto ao Conselho Deliberativo do projeto percebeu-se que haveria pela frente um longo caminho a percorrer, tentando mostrar e propor ao Conselho Deliberativo uma metodologia de trabalho que envolvesse a comunidade na qual estivesse instalada unidade CPP.

4. FONTE: Entrevista com a Assistente Social Simone Matos Machado, representante suplente da UFSC no Convênio CPP.

CAPÍTULO II - NÚCLEO DE ESTUDOS EM SERVIÇO SOCIAL E ORGANIZAÇÃO POPULAR E O CONVÊNIO CPP

2.1 Mundo Informal do Trabalho

Neste item pretendemos trazer reflexões, que apontem as proposições no campo da economia informal. Procuramos também entender as características e compreensões, segundo autores que trabalharam o tema mencionado.

Nossa intenção não é a de nos aprofundarmos no tema, e sim entendê-lo melhor, a fim de que possamos compreender a realidade sócio-econômica das pessoas atendidas pelo Centro de Profissionalização Popular - CPP.

O setor informal da economia é um tema relevante para a realidade brasileira, tendo em vista que, o modelo econômico adotado no Brasil não está conseguindo oferecer uma vida digna para as pessoas, pois o mercado de trabalho não está absorvendo a mão-de-obra disponível. Com a automação e baixos salários, o número de desempregados está crescendo a cada ano. Para sobreviver esse contingente de pessoas busca saída no sistema informal.

Segundo uma pesquisa realizada⁽⁵⁾ pelo Núcleo de estudos em Serviço Social e Organização Popular com todos os moradores acima de quatorze (14) anos da comunidade Jardim Ilha Continente - Florianópolis, num total de trezentos e trinta (330) entrevistados, apenas cento e quarenta e quatro (144) estão empregados no mercado formal. Quarenta (40) estão desempregados, quarenta (40) fazendo biscate, trinta e dois (32) são autônomos, sessenta e oito (68) do lar e oito (8) aposentados.

Podemos perceber que mais da metade dos entrevistados encontram-se fora

5. Pesquisa sobre o Perfil Produtivo da Comunidade Jardim Ilha Continente - Florianópolis - junho de 1995.

do mercado de trabalho formal, conseqüentemente estão no informal, pois necessitam sobreviver.

Segundo uma reportagem da revista Veja, de (6) seis de setembro de 1995, (30) trinta milhões de brasileiros ganham dinheiro e produzem mais de (200) duzentos bilhões de dólares por ano na economia informal. Só em São Paulo há (250.000) duzentos e cinquenta mil camelôs.

Segundo a pesquisa de “emprego feita pela Fundação Seade e pelo Dieese na Grande São Paulo, o que aconteceu foi que as pessoas encontraram outras formas de ganhar dinheiro. O trabalho assalariado está perdendo importância e vem crescendo no Brasil a economia informal. Pelos dados do Seade havia, em Julho do ano passado (1994), na Grande São Paulo, 24 milhões de pessoas que trabalhavam sem registro ou como autônomos. Um ano depois, o número de trabalhadores sem registro cresceu 7,2%. Enquanto os salários dos assalariados caiu 12,6%, os rendimentos de quem trabalha sem registro ou como autônomo cresceram 18,7%”. (Revista Veja, set. de 1995).

Podemos concluir, então, que o surgimento do setor em foco decorre do setor da economia formal, o trabalho assalariado está perdendo a importância em função das baixas remunerações, crescendo assim, outras formas de ganhar dinheiro.

Conforme Valéria de Carvalho⁽⁶⁾ “o setor informal se desenvolve em função de uma forte concentração da força de trabalho nos centros urbanos. Daí o surgimento de formas alternativas de geração de renda frente à questão do desemprego e dos baixos salários. Situa-se como um conjunto de atividades econômicas de produção e ou comercialização de bens e serviços não tipicamente capitalistas, pois as relações

6. Assessora do CEAS (Centro de Estudos e Ação Social).

predominantes não são de assalariamento. Constata-se, no setor informal, uma forte presença de autônomos, e quando há compra e venda da força de trabalho essa relação social não é juridicamente regulamentada.” Um exemplo para ilustrar essa compra e venda não legalizada é o caso vivido pelo Grupo de Produção do CPP. Algumas integrantes prestam seus serviços para proprietários de facções, no entanto, não existe nenhum vínculo empregatício entre eles, conseqüentemente, o dono da facção não terá encargos sociais para com as mesmas. Essa situação tem caráter contraditório, de um lado representam oportunidades de trabalho, por outro lado, exploram a força de trabalho.

Contudo, o setor informal não pode ser visto apenas como uma alternativa para as pessoas que se encontram fora do mercado formal. Vale ressaltar algumas questões que permeiam esse setor: questões de insalubridade do trabalho informal; tais como os baixos padrões de higiene, freqüente exposição às intempéries climáticas (sol e chuva), constante exposição a riscos por acidente e excessiva carga horária de trabalho.

Segundo estudos realizados pela PREALC (Programa de Empresas para a América Latina e o Caribe) e OIT (Organização Internacional do Trabalho) “a visão quanto ao setor informal se modificou, preconizando a importância do setor informal como gerador de empregos e renda, defendem a necessidade de haver políticas sociais de apoio a esse setor, pois “(...) será no seu interior que deverão ser resolvidas as tensões mais agudas decorrentes do processo de ajustamento da economia.” (Carvalho, 1990, p.8)

Estamos falando da importância de políticas públicas para o setor. Mas, que tipo de política realmente se quer ?

Segundo uma proposição da Valéria Ladim de Carvalho, “as políticas de desenvolvimento para o setor informal pressupõem uma reorientação do modelo econômico adotado pelo Estado e investimentos significativos no fator trabalho, alterando a correlação de forças do próprio Estado. Caracterizam-se como estratégias de desenvolvimento econômico e social, de maneira a mudar significativamente as condições de reprodução dos que se inserem no setor informal. Trata-se de implementar políticas de proteção para as atividades informais como linhas de créditos adequadas, políticas de apoio à comercialização, legislação tributária específica, assistência gerencial, entre outras. Numa perspectiva de desenvolvimento, não podem ser realizadas de forma desarticulada, nem em condições precárias a nível dos recursos que gerem e dos objetivos a que se propõem - aumentar a produtividade e rentabilidade, a oferta e a demanda dessas atividades.” (Carvalho, 1990, p. 11)

O projeto CPP atualmente está se deparando com ausências de políticas públicas para esse fim, é justamente na segunda etapa do projeto que essa necessidade aparece, e alguns membros do Conselho Deliberativo já percebem essa debilidade, como podemos verificar através do seguinte relato:

(...)“ Temos que incluir agora a preocupação com a organização política do setor informal que não aparece diretamente no projeto, mas vai acabar interferindo. A UFSC já está defrontando-se a nível de Conselho Deliberativo com situações em que é preciso que haja um posicionamento político, tanto do Conselho como da própria comunidade, frente à situação do setor informal, devido às peculiaridades do mesmo. É uma proposta para discutirmos a organização e representação do setor informal nas políticas que atendem o

setor.” (entrevista com representantes da UFSC no Convênio em 09/95)

Esse tipo de discussão e reflexão é fundamental a nível de Conselho Deliberativo, pois o projeto atende pessoas de baixo poder aquisitivo, justamente os que se encontram no mercado informal. Essas discussões permitirão pensar em alternativas viáveis para a concretização dos objetivos do projeto CPP, ou seja, não apenas deter-se no ensino profissionalizante, mas pensar em como o mesmo poderá dar retorno financeiro para essas famílias.

Conforme Maricília Volpato “o relatório da OIT organizou critérios onde se podia reconhecer o setor formal e informal da economia, através das seguintes características:

SETOR FORMAL

- Defronta-se com barreiras à entrada;
- Depende de recursos externos;
- A propriedade do empreendimento é impessoal;
- Opera em larga escala de produção;
- Utiliza processos produtivos intensivos em capital e tecnologia moderna;
- Mão-de-obra adquire qualificação requerida por meio da escolaridade formal;
- Atua em mercado protegido através de tarifas, quotas, etc.

SETOR INFORMAL

- Há facilidade de entrada;
- O porte de recursos é de origem doméstica;
- A propriedade de empreendimento é individual ou familiar;

- Opera em pequena escala de produção;
- Os processos produtivos são intensivos em trabalho e a tecnologia é adaptada;
- A mão-de-obra qualifica-se externamente ao sistema escolar formal;
- Atua em mercados competitivos e não regulados.

Esses setores podem ser assim definidos: Formal é aquele que compreende as atividades econômicas organizadas onde “as unidades domésticas oferecem mão-de-obra ao sistema formal de produção e recebem em troca remuneração em moeda. Salário, sendo que a quantificação desse fluxos encontram-se na base da contabilidade nacional.” (Rezende, 1980, p. 111)

Setor informal é o conjunto de atividades não organizadas:

“(...) por um lado, significa não-organizada em termos capitalistas em que se distingue a propriedade do trabalho e do capital e onde o salário não é a forma usual de remuneração do trabalho. Por outro lado, significa não organizada juridicamente no sentido de que inclui as empresas que, preenchendo a condição de serem capitalista no sentido que se acaba de mencionar, por serem demasiadamente pequenas não cumprem todas as obrigações legais referentes a legislação social, as leis do salário mínimo e etc.” (Souza, 1989, p. 135)

2.2 Serviço Social: Presença e desdobramentos no projeto CPP - (Saco Grande II)

Daremos continuidade a nossa descrição e reflexão sobre nossa experiência de estágio, tratando mais especificamente sobre as ações desenvolvidas através do Serviço Social junto à comunidade do Saco Grande II.

Primeiramente, vamos refletir sobre qual concepção teórico-metodológica do Serviço Social que estamos tratando. Se é de uma prática assistencialista, que se preocupa apenas com o imediato, ou uma prática que visa garantir acesso aos direitos do cidadão através das políticas públicas, passando a vê-las não como simples benefício que é repassado para a população em forma de favores governamentais e sim como direito.

Segundo Heloísa de Oliveira “o caráter assistencialista, não decorre da tarefa em si, mas da direção que o assistente social imprime à mesma. Quer dizer, o problema não está no objeto que se repassa, mas no “como” é repassado, no “como” a prática profissional se desenvolve. Assim é que não se nega a prática da assistência social, mas o assistencialismo, pela forma mecânica, individualista e alienante que caracteriza este tipo de ação”.

É embasada nesta concepção da prática profissional que fomos construindo nossa atuação enquanto estagiária no projeto CPP. Nossa preocupação não foi apenas com “o fazer” Serviço Social, e sim, “como fazer”. Procurando sempre adequar a metodologia às situações que colocavam-se diante de nós.

A prática de estágio deu-se em três instâncias: primeiro junto a equipe interdisciplinar da UFSC que atua no projeto CPP. Este grupo era composto por professores e estagiárias dos cursos de Serviço Social e Ciências Econômicas, Assistente Social e Assessor de políticas interinstitucionais da UFSC.

O objetivo do grupo, além da troca de experiências, também foi o de estudar temas ligados à economia informal, fazer pesquisas de mercado e do perfil dos moradores das comunidades periféricas, para juntos encontrarem uma metodologia adequada para trabalhar as questões que iam surgindo no projeto, bem como, com as comunidades envolvidas no projeto CPP.

Essas reflexões realizadas em conjunto contribuíram para compreendermos a realidade em que o Serviço Social pretendia se inserir. Percebemos que, a medida em que estudávamos determinado tema nossa compreensão sobre o projeto CPP alterava-se, pois conseqüentemente estávamos relacionando nossa prática vivenciada com o teórico que estava sendo refletido e construído.

Não podemos deixar de ressaltar a relevância da experiência que foi o trabalho interdisciplinar através dessa equipe, lembrando o quanto é importante vários profissionais de áreas distintas ocuparem-se do mesmo objeto de trabalho. Claro que cada um dentro do seu conhecimento específico, contudo não esquecendo da troca de experiências profissionais.

Um segundo momento da nossa prática foi no próprio projeto CPP, mais precisamente com o Conselho Deliberativo, composto por todas as representantes das entidades conveniadas.

Através dessas reuniões foi possível entender melhor o significado do projeto, pois, era naquele ambiente que eram discutidos os assuntos políticos e operacionais do mesmo.

Constatamos, através desses encontros, que o referido projeto, somente contemplava a visão institucional, neste sentido, uma das questões que se colocou para o Serviço Social foi a ausência de representantes das comunidades envolvidas no CPP. As discussões ficavam apenas a nível do Conselho Deliberativo, não havendo a participação de representantes comunitários.

O Serviço Social, co-representante da UFSC no Convênio, percebendo esta lacuna trabalhou na construção de uma metodologia de participação popular voltada

aos objetivos do projeto CPP que, naquele momento, atingisse as pessoas que residissem nas comunidades Saco Grande II e Jardim Ilha Continente.

Começou então um trabalho lento, mas necessário, por parte do Serviço Social tentando mostrar para o Conselho Deliberativo a importância de ouvirmos os sujeitos protagonistas do CPP. A princípio houve certa resistência por parte de alguns membros em relação a essa participação, sendo necessário várias discussões sobre este assunto.

Após todo um trabalho cauteloso junto ao Conselho, conseguiu-se garantir a participação desses representantes previsto no Regimento Interno do Conselho Deliberativo. Com isso chegamos a terceira etapa da prática vivenciada durante o estágio, ou seja, o trabalho com as comunidades envolvidas no projeto.

Mesmo com duas comunidades envolvidas no projeto, vamos tratar apenas da comunidade Saco Grande II, por ter sido o espaço da nossa atuação durante o estágio.

A intenção do trabalho com esta comunidade foi a de envolver a mesma nas discussões relacionadas ao projeto, incentivando-a a organizar-se politicamente para participar das discussões sobre o CPP.

2.2.1 Características Gerais do bairro

⁽⁷⁾O bairro Saco Grande II, situa-se em uma área que estende-se desde as proximidades do Jornal “O Estado”, situado à margem direita (sentido Centro-Norte) da Rodovia Admar Gonzaga - SC - 401, até a “Cidade das Abelhas” ponto limite da rua

7. Fonte: Diagnóstico Situacional em Saúde do bairro Saco Grande II, no Município de Florianópolis. Preliminar elaborada pelos mestrados: Amaury Ângelo Gonzaga, Antônio Wasni e Ivonete Buss, em dezembro de 1992.

Virgílio Várzea, antiga estrada do Saco Grande, uma transversal da SC - 401. Incluem-se neste projeto os conjuntos habitacionais do Monte Verde e do Parque da Figueira.

Historicamente, o bairro Saco Grande II, originou-se a partir da ocupação de migrantes de classes sociais mais abastadas financeiramente, que começaram a adquirir terrenos para moradia ou especulação imobiliária, principalmente nos bairros de Cacupé e Saco Grande, provocando assim a interiorização das antigas comunidades para as regiões das encostas, imediatamente adjacentes aos referidos bairros. Nos últimos anos, com a pauperização e expropriação de terras no interior do Estado de Santa Catarina e Paraná, um número muito grande de migrantes vêm se fixando nesta comunidade.

A origem do nome Saco Grande, segundo alguns moradores, foi dado ao bairro em função do mangue, que desemboca no mar formando um desenho que lembra um saco.

O bairro Saco Grande II, dispõe de um Centro de Saúde, duas farmácias, (uma que se localiza no conjunto habitacional Monte Verde e outra às margens da rua Virgílio Várzea); de uma creche, (Orlandina Cordeiro) que atende crianças de 3 meses a 5 anos de idade e é mantida pela Prefeitura Municipal de Florianópolis e LBA.

Anexo à creche funciona o Projeto Beija-Flor que recicla todo o lixo produzido no bairro Monte Verde. O bairro dispõe ainda de duas escolas: uma situada na Rua Virgílio Várzea, Escola Desdobrada Dionísio Maria da Costa, que oferece 1º e 2º grau e a Escola Básica Dilma Cabral de Oliveira que oferece além de 1º e 2º grau, curso pré-escolar e, está situada no conjunto habitacional Monte Verde.

2.2.2 Características da População do bairro Saco Grande II

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA E SEXO - 1992⁽⁸⁾

FAIXA ETÁRIA	% FEMININO	% MASCULINO	% TOTAL
0 - 11	1,71	2,84	4,55
1 - 15	7,95	5,68	13,63
5 - 15	15,91	14,20	30,11
15 - 50	22,73	23,30	46,03
+ DE 50	3,41	2,27	5,68
TOTAL	51,71	48,29	100

8. Diagnóstico Situacional em Saúde do bairro Saco Grande II - Gonzaga, Wasni e Buss.

Esta tabela permite constatar que neste bairro concentra-se o público alvo do projeto em análise, ou seja, 46,03% da população possuem a faixa etária de 15 a 50 anos, exatamente os que, de alguma forma, estão no mercado de trabalho, seja ele formal ou não, precisando de algum tipo de apoio, seja na profissionalização ou após a mesma.

QUANTO À ESCOLARIDADE⁽⁹⁾

%	GRAU ESCOLARIDADE
15,79	Analfabetos
72,18	1º Grau Incompleto
6,77	1º Grau Completo
2,25	2º Grau Incompleto
3,01	2º Grau Completo

9. Diagnóstico Situacional em Saúde do bairro Saco Grande II - Gonzaga, Wasni e Buss.

Aqui podemos perceber um forte contingente com o primeiro grau incompleto. Em função dessa demanda é necessário que os cursos oferecidos pelo CPP venham ao encontro das necessidades dessas pessoas. Sendo assim é relevante que a

metodologia dos cursos contemplem essa realidade e até mesmo pensem em suprir essas deficiências.

EM RELAÇÃO À MIGRAÇÃO⁽¹⁰⁾

%	PROCEDÊNCIA
51,4	Florianópolis
17,1	Oeste Catarinense
5,7	Norte Catarinense
8,6	Rio Grande do Sul
11,4	Oeste do Paraná
5,7	Outros Estados

10. Diagnóstico Situacional em Saúde do bairro Saco Grande II - Gonzaga, Wasni e Buss.

✱ Para o Serviço Social a investigação é um instrumento necessário para poder ✱ determinar as ações a serem desenvolvidas. Por isso, a importância do perfil do público a ser atingido. Conhecendo os sujeitos com quem vamos trabalhar, ou seja, suas características, poderemos então traçar as pautas de intervenção, dentro da realidade mostrada através da investigação.

2.2.3 Surgimento do CPP no bairro Saco Grande II

Segundo documento elaborado pela Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social, a iniciativa para a implantação do CPP, partiu de um levantamento feito pelo IPUF, o qual caracterizava o Saco Grande II, como uma comunidade carente.

“A origem do espaço físico deu-se devido a Assessoria de Desenvolvimento Econômico, na época estar com um projeto de instalação de unidades comunitárias de produção e profissionalização (UCPP) e por este motivo, buscava áreas de concentração de pessoas carentes para tais instalações. Entretanto, algumas comunidades carentes

não possuíam espaço disponível, então a COMOSG (Conselho de Moradores do Saco Grande) cedeu o terreno para a construção da unidade, para que o projeto pudesse ser implantado no bairro. Este terreno havia sido doado pela COHAB em 1991, para que fosse construída uma área de lazer. A construção do prédio foi realizada pelo Ministério da Ação Social, através da AFLOV - Associação Florianopolitana de Voluntários”.

7 *mais* Segundo Otacílio Costa, presidente do COMOSG na época das discussões e da implantação do projeto, a comunidade deu sua participação no processo através de reuniões promovidas pelo Conselho. Nesses encontros os moradores demonstraram interesse por vários cursos profissionalizantes, mas, em função do maquinário de costura industrial já adquirido pela Prefeitura Municipal de Florianópolis, o curso ministrado foi o de Costura Industrial. Apesar da implantação ter se dado em 1992, o primeiro curso foi iniciado somente em 18 de outubro de 1993, formando 19 alunas, o maior número delas foi da própria comunidade. Desde então várias outras turmas foram se formando.

A seguir apresentaremos o perfil das alunas que freqüentaram o curso no CPP do Saco Grande II.

2.2.4 Perfil das Alunas do CPP no bairro Saco Grande II⁽¹¹⁾

Quanto às alunas da primeira turma:

- A idade entre 15 e 55 anos;
- Todas moravam no Saco Grande, com exceção de uma que morava no bairro Cacupé;
- O grau de instrução variava entre 3º série primária e 2º Grau;

11. Fonte: Arquivo do CPP do Saco Grande II.

- A renda familiar era de 1 a 6 salários mínimos;
- Plano de trabalho após o curso: 9 pessoas responderam que queriam trabalhar fora; 4 pessoas desejavam ser autônomas e 6 pessoas gostariam montar um negócio próprio.

Quanto às alunas da 2ª turma de Costura Industrial:

- A idade entre 18 e 52 anos;
- Todas moram no Saco Grande, apenas uma mora no Canto da Lagoa;
- Quanto ao grau: de instrução 16 pessoas possuem o primário e apenas duas o secundário;
- Quanto a renda familiar varia de 1 a 8 salários mínimos;
- Plano de trabalho: 9 pessoas querem montar seu próprio negócio; 2 trabalhar fora; 6 costurar para fora e 1 costurar para casa.

Quanto às alunas da 3ª turma de Costura Industrial:

- A idade entre 16 e 57 anos;
- 9 pessoas não moram na comunidade sendo que as demais sim;
- O grau de instrução varia entre a 4ª série do primário e superior;
- Quanto à renda familiar varia de 1 a 10 salários mínimos;
- Plano de trabalho após o curso: 6 pessoas querem costurar para casa; 7 costurar para fora; 9 montar negócio próprio; 2 empregar-se; 3 serem autônomas e 3 não sabem.

Quanto às alunas da 4ª turma de Costura Industrial:

- A idade entre 17 e 65 anos;

- 9 pessoas não moram na comunidade, sendo que as demais sim;
- O grau de instrução varia entre a 4ª série do primário e 2º grau;
- A renda familiar é de 1 a mais ou menos 20 salários mínimos;
- Plano de trabalho após o curso: 3 querem costurar para fora; 2 aumentar a renda familiar; 1 trabalhar fora; 1 se aperfeiçoar em costura; as demais não responderam.

Quanto às alunas da 5ª turma de Costura Industrial:

- A idade entre 16 e 65 anos;
- Seis pessoas não moram na comunidade, sendo que as demais sim;
- O grau de instrução varia entre o primário e o 3º grau (superior);
- A renda familiar varia de 1 a 10 salários mínimos;
- Plano de trabalho: 3 querem aumentar a renda familiar; 3 trabalhar para fora; 4 serem autônomas; 3 montar negócio próprio; 4 costurar para fora e 2 costurar para casa.

Vale frisar que os quatro primeiros cursos atenderam a um total de 89 alunos. O 5º curso está preparando mais 23 alunas. E a procura pelo curso de Costura Industrial no bairro ainda é grande.

2.2.5 Formação do Conselho Local

Sabemos que a participação é uma constante atitude que faz parte da vida de todos nós. No contexto do presente estudo, a participação é vital enquanto construtora de espaços políticos por uma melhor qualidade de vida.

“La participación seignifica que la gente intervenga estrechamente en los procesos económicos, sociales, culturales y políticas que afectan a sua vidas. En alguns casos la gente puede yercer um control completo y directo sobre esos procesos; en otros casos, el control puede ser parcial o indirecto. Lo importante es que disponga de um acceso constante a la adopción de decisiones y al poder. La participación en ese sentido es un elemento esencial del desarrollo humano.”

(PNDU - 1993, p. 25)

Cada vez mais percebemos a necessidade da participação popular nas decisões políticas, tanto na comunidade, no município, quanto no próprio Estado.

Pensando assim, o Serviço Social foi buscar a participação popular, fazendo com que a mesma se fizesse presente no projeto CPP.

Nessa perspectiva, no âmbito do Conselho Deliberativo, a equipe interdisciplinar da Universidade Federal de Santa Catarina que atua junto ao CPP concluiu que a participação das comunidades envolvidas com o projeto CPP, poderia ser através de um Conselho Local, composto pelos próprios moradores. O objetivo do Conselho Local era representar a comunidade no projeto CPP participando das reuniões do Conselho Deliberativo, para debater e/ou sugerir propostas relacionadas ao projeto. A intenção também era que este Conselho Local começasse a pensar em alternativas de geração de renda para a própria comunidade, incentivando-a a organizar-se nesse sentido.

Passou-se então a investir nessa formação, conforme será descrito a seguir.

Mesmo tendo uma intenção clara quanto a formação desse Conselho, precisaríamos ter muita cautela na escolha de uma metodologia de abordagem comunitária.

Constatamos que no referido bairro existem sete organizações comunitárias que se configuram da seguinte forma:

- APROCOM - Associação de Moradores do Monte Verde;
- CCMV - Conselho Comunitário do Monte Verde;

Essas organizações estão situadas no Conjunto Habitacional Monte Verde. Na sede da APROCOM também funciona uma creche.

- APROCruz - Associação de Moradores do Caminho da Cruz.
- PARQUE DA FIGUEIRA - Associação de Moradores do Parque da Figueira. Localiza-se no Conjunto Habitacional Parque da Figueira. Esta Associação empresta parte de seu espaço físico para o funcionamento de um programa de apoio escolar às crianças que vão à escola pela manhã, e recebem uma refeição no almoço e permanecem no Centro Comunitário para atividades complementares (tarefas, trabalhos manuais) com acompanhamento psico-pedagógico. Dispõe, ainda, de cursos de crochê, pintura e bordados para 32 crianças. O material para estas atividades é fornecido pela Prefeitura Municipal.

- ALCOJOGUE - Associação de Moradores do loteamento João Gonzaga da Costa. Está situada próximo à “Cidade das Abelhas”.

- AMSOL - Associação dos Moradores do Sol Nascente. Situada no antigo Morro do Vito. Através da observação percebe-se que esta parte do Bairro Saco Grande II é uma das menos favorecidas, talvez por ser um local de difícil acesso.

- COMOSG - Conselho de Moradores do Saco Grande. Está situada atrás do Posto de Saúde do respectivo bairro. Este Conselho foi criado em 1982, e passou a receber assessoria direta da Prefeitura Municipal de Florianópolis.

Existem outros Grupos organizados no bairro como: Grupo de Mães, Grupo de Fitoterapias, assessorado pela Pastoral da Saúde, e Grupo de Produção do projeto CPP.

Nossa preocupação, a princípio, era envolver todas essas organizações na formação do Conselho, inclusive os demais grupos informais existentes no bairro, ou seja, o objetivo era realmente atingir as diversidades dos grupos que existiam na comunidade.

Nosso primeiro contato com esses representantes foi no dia 26 de maio de 1994, numa reunião com objetivo de apresentar o projeto CPP para a comunidade, entretanto, apenas duas entidades se fizeram representar. A realidade desse primeiro contato nos mostrava que o nosso desafio estava exatamente em reunir todas as sete entidades.

É importante esclarecer que a participação da estagiária de Serviço Social nas primeiras reuniões com a comunidade, se dava através da observação e elaboração de relatórios. Sendo somente após a formação da Comissão Provisória que mais tarde transformou-se em Conselho Local, que a mesma iniciou sua participação através das discussões nas reuniões. Nos primeiros encontros com a comunidade para a formação do Conselho Local, a PMF se fazia presente através de seus representantes juntamente com a equipe da UFSC.

Começamos a nos indagar de como um bairro como Saco Grande II, que não é tão extenso, possuía tantas formas de organização. Talvez fosse em função de problemas políticos, pois, como sabemos esses tipos de representações comunitárias são vulneráveis a propósitos políticos, deixando um pouco de lado os interesses coletivos, e se permitindo ser um canal manipulador. Daí surgem novas organizações na busca de

reivindicar e acessar aos seus direitos. Essa situação poderia causar alguns danos para a própria população, pois poderia haver ali uma organização forte com o objetivo de lutar pelos interesses de todo o bairro, e não essa dispersão de esforços cada um querendo o melhor para si e não pensando na coletividade.

Mesmo pensando na dificuldade que seria reunir as organizações, marcamos um outro encontro para o dia 17 de junho de 1994, com a mesma pauta. E novamente somente duas entidades compareceram, no entanto, agora havia alguns moradores. A reunião foi bem interessante. Os presentes participaram bastante, criticaram também a forma como o projeto estava sendo conduzido e reivindicaram sua participação no CPP. Como podemos confirmar através dos seguintes relatos:

Segundo o presidente do COMOSG

“Nós só fomos procurados para resolver problemas funcionais, mas fomos excluídos do Convênio.”

Conforme morador:

“Os moradores não ficam sabendo do que acontece no CPP e nem o que é o CPP.”

Presidente do COMOSG

“Agora que eu sei que a comunidade pode participar através desse Conselho Local estou mais à vontade.” (Relatório datado em 17/06/94)

As discussões iniciadas pelos moradores durante a reunião, em relação a ausência da participação da comunidade conduziu o diálogo sobre a formação do

Conselho Local. Esse segundo contato com os moradores foi bem proveitoso, os mesmos demonstraram uma certa indignação por não haver representantes comunitários no projeto, abrindo espaço para a discussão, no sentido, de construir-se ou de viabilizar-se a participação da comunidade.

Ficou encaminhado um próximo encontro com todas as Associações e Conselhos Comunitários, para formação do Conselho Local. Ficou assegurado também que todos saberiam do próximo encontro. Os encarregados de convidar as demais entidades que não estavam presentes foram os próprios moradores presentes naquela reunião.

No encontro do dia 01 de setembro de 1994, estavam ausentes três entidades: Parque da Figueira, Conselho Monte Verde e ALCOJOGUE, e mais uma vez a formação do Conselho Local foi adiada para o dia 06 de setembro. A pessoa responsável pela mobilização foi o representante da Associação do Caminho da Cruz.

Na reunião do dia 06 de setembro de 1994, compareceu a representante da ALCOJOGUE, que se manifestou dizendo não saber nada a respeito do CPP nem sobre o Conselho Local pois não havia participado das reuniões anteriores. Estavam ausentes três entidades: APROCOM, CCMV, COMOSG. Discutimos também sobre a metodologia que estávamos utilizando para formar esse Conselho e concluímos que precisávamos modificá-la, já que não estávamos conseguindo atingir nossos objetivos. Sempre faltava alguma entidade, e quando compareciam tínhamos que explicar o que era o CPP e o que pretendia-se com o Conselho Local, uma vez que algumas Associações demonstraram não saber o que eles significavam. Isso estava dificultando a formação do Conselho Local.

Mudamos então a estratégia para reunirmos as entidades. Resolvemos ir na sede de cada entidade explicar o que significava o projeto CPP, e posteriormente formaríamos o Conselho Local.

A nossa ida em cada Associação não teve o retorno esperado. Algumas reuniões nem chegaram a acontecer. Umas porque foram desmarcadas, outras porque não compareceu ninguém da Associação. As que aconteceram foi com um número pequeno de pessoas.

Constatamos que o desafio que estávamos enfrentando ao tentar que essas pessoas participassem das nossas reuniões, era o mesmo enfrentado pelas Associações, ou seja, elas existiam mais a comunidade não se fazia presente.

Em outra reunião no dia 27 de setembro de 1994, compareceram três Associações: APROCruz, SOL NASCENTE e ALCOJOGUE, o objetivo era formar o Conselho Local entretanto os presentes decidiram adiar mais uma vez a formação, e resolveram marcar um outro encontro para o dia 05 de outubro de 1994, para formar, em princípio, uma Comissão Provisória. A Comissão era necessária naquele momento do projeto, pois no âmbito do Conselho Deliberativo encaminhavam-se questões relacionadas a avaliação do próprio projeto, daí, a importância da presença de representantes comunitários inseridos nesse contexto do CPP.

A Comissão Provisória foi formada com as seguintes entidades: ALCOJOGUE, PARQUE DA FIGUEIRA, SOL NASCENTE e APROCOM.

A formação da Comissão Provisória, nesse dia, foi resultado de um processo lento e difícil, tanto para o Conselho Deliberativo, quanto para a própria comunidade do Saco Grande II, haja vista que existem sete associações no mesmo bairro e todas com diferentes interesses, fator esse que mais retardou a formação do Conselho Local.

Pretendíamos formar este Conselho com todas as Associações e Conselhos Comunitários, mas depois de várias tentativas resolvemos formá-lo com os que estavam participando, ou seja, com as quatro Associações de moradores que formavam a Comissão Provisória.

Começamos juntos um trabalho de elaboração do Regimento Interno do Conselho Local. Não foi levado nenhum modelo pronto e todos participaram da sua elaboração (anexo 3).

As reuniões com o Conselho Local eram quinzenais quando escolhiam um membro para representá-los nas reuniões do Conselho Deliberativo.

A experiência com esse Conselho Local não foi satisfatória em termos de representação no projeto CPP. As pessoas que compunham o Conselho Local estavam sempre desestimuladas, havia pouco interesse nas reuniões e não se avançava quanto a concepção do que realmente era o CPP. Talvez essa dificuldade fosse motivada pela sobrecarga de compromissos dessas pessoas, pois todas exerciam cargos dentro das organizações comunitárias (presidentes, vice-presidentes, secretários). Como alternativa pensamos envolver outros moradores que não fossem as lideranças dessas organizações e distribuir os encargos que a própria participação impunha.

Algumas dessas representações comunitárias surgiram para defender e lutar por problemas imediatos que não estavam sendo resolvidos e até mesmo eram ignorados por outras Associações e Conselhos Comunitários já existentes no bairro.

Como já dissemos antes, fazer as pessoas participarem é um processo difícil que requer muita habilidade do profissional de Serviço Social. Essas habilidades dependem da concepção teórico-metodológica adotada pelo profissional, sendo demandadas de acordo com a leitura da realidade que cada um faz.

Um outro fator que dificultou o andamento do Conselho Local foi o forte cunho político-partidário existente nessas entidades comunitárias. Existem, nessas instâncias representativas, interesses político partidários muito fortes e divergentes que em determinadas situações dificultam o relacionamento entre os membros do Conselho Local.

A própria característica do bairro dificultou o nosso trabalho junto às organizações comunitárias, pois o bairro possui uma área extensa com alguns locais de difícil acesso. São mais ou menos 8.000 habitantes, o que também dificultou o trabalho de articulação entre as entidades comunitárias, exigindo inclusive visitas domiciliares para garantir um trabalho de qualidade junto a cada entidade do bairro Saco Grande II. Seria necessário uma equipe maior, com mais integrantes que se identificassem com esse tipo de atividade.

Após avaliarmos o andamento do trabalho com o Conselho Local, resolvemos fazer uma reunião no dia 26 de abril de 1995, para uma avaliação em conjunto com os membros.

Concluímos, juntamente com os representantes do Conselho Local presentes nesse último encontro, que no momento seria melhor trabalhar com o Grupo de Produção, pois o mesmo necessitava de um assessoramento. Sendo assim, resolvemos suspender as reuniões com o Conselho e iniciamos um trabalho com o Grupo de Produção, estimulando-o a discutir, ele mesmo, suas necessidades junto com o Conselho que foi convidado a participar dessas reuniões.

O papel desempenhado pelo Serviço Social junto deste Conselho foi de assessoramento. Um trabalho vinculado a uma proposta de educação para a democratização das relações e exercício da cidadania como possibilidade de

transformação social. O Assistente Social, quando trabalha com grupos com essas características (com a intenção de transformação social através de uma prática pedagógica), pode-se dizer que é um intelectual orgânico, uma vez que:

“Os intelectuais orgânicos são aqueles que se imiscuem na vida prática das massas e trabalham sobre o bom senso, procurando levar a consciência dispersa e fragmentária das massas ao nível de uma concepção de mundo coerente e homogêneo - Os intelectuais orgânicos são dirigentes e organizadores” (Gramsci apud Mochcovitch, 1990, P.28).

Assim, o Assistente Social que opta por uma prática coletiva e pedagógica, passa a instrumentalizar a população de modo que esta reflita e analise as suas condições de vida, visto que, deve ver o homem não como objeto, mas como sujeito, que busca soluções para seus problemas.

Neste contexto, o Assistente Social, no seu papel de intelectual orgânico, contribui para formar uma consciência crítica, no sentido de que sejam percebidos os verdadeiros condicionantes do processo das desigualdades sociais em sua totalidade. A consciência manifestada possibilita buscar os mecanismos necessários para a transformação da realidade que oprime e exclui.

A experiência do estágio foi relevante para o amadurecimento profissional. A prática nos coloca questões que somente podemos compreender através das reflexões, que por sua vez, definirão as ações a serem desenvolvidas pelo profissional. Sendo assim, é necessário termos claro o referencial teórico que estamos utilizando, como também seus limites, para que possamos avançar para as novas questões que estão surgindo.

Da experiência vivenciada no decorrer do estágio, podemos citar algumas questões que se colocaram como fundamentais nesse percurso. Primeiro a participação enquanto forma de acesso aos espaços políticos a fim de garantir a inserção da população nestes espaços. Nessa perspectiva, principalmente, o profissional do Serviço Social deve estar atento ao seu papel junto a esta parcela da população excluída de participar das discussões que lhe dizem respeito.

Um outro aspecto constatado, foi a relação interdisciplinar importante para a troca de saberes e compreensões de temáticas compartilhadas com outros profissionais.

CONCLUSÃO

Neste Trabalho de Conclusão de Curso tentamos mostrar a experiência do projeto Centro de Profissionalização Popular - CPP, contextualizando sua história para entendermos sua dinâmica.

Sabemos que projetos como este que abordamos não findarão com a pobreza, entretanto, para a realidade do país, são necessários projetos dessa natureza, que tenham compromisso com a organização sócio-econômica e política das comunidades periféricas.

Concluimos que a questão do desemprego e sub-emprego se dá no cenário da relação trabalho/capital, portanto, para que essa temática seja modificada é necessário que saibamos enfrentá-la com suportes teórico-metodológicos adequados às novas questões colocadas pelo avanço tecnológico.

Percebemos que alguns anos atrás, era necessário um esforço do profissional de Serviço Social nas suas relações interdisciplinares, a desmistificação do conceito sobre pessoas que se encontravam desempregadas, ou seja, associava-se os desempregos aos “preguiçosos”. Atualmente constatamos que esta visão está um pouco superada, pois este problema está para além dessa questão, tornou-se um problema estrutural e conjuntural decorrente do sistema capitalista no qual vivemos.

Porém, essas novas questões relacionadas ao desemprego e sub-emprego podem apontar para outras perspectivas de trabalho de forma coletiva. Para tanto é necessário empenho tanto dos profissionais de Serviço Social nas suas relações interdisciplinares, como dos órgãos competentes e dos setores organizados da sociedade civil.

Também é importante salientarmos que, a questão do mercado informal não está sendo analisada neste trabalho final como eliminador da pobreza, não dentro da ótica da atual conjuntura, pois existe uma relação de interdependência do setor em foco com o setor formal. Contudo a intenção é vê-lo, mesmo que equivocadamente, como alternativa para os excluídos do mercado de trabalho.

SUGESTÕES

Através das reflexões oriundas da prática do estágio curricular, elaboramos algumas sugestões.

- É necessário que todas as entidades conveniadas que compõem o projeto CPP, compreendam-no na sua íntegra.
- Reuniões com o Grupo de Produção no sentido de propiciar a participação do mesmo, para que o Grupo acompanhe a dinâmica do CPP.
- A retomada dos trabalhos com o Conselho Local e Grupo de Produção do Saco Grande II, a fim de integrá-los às questões do projeto.
- Seguir mantendo os trabalhos com as Associações de Moradores e/ou outras formas de organização comunitária com o intuito de envolver a comunidade no contexto do CPP.
- Rever os procedimentos didático pedagógicos utilizados para explicar para as alunas que fazem curso no CPP e para aquelas que pretendem integrar-se ao Grupo de Produção, os aspectos que norteiam o mesmo, para que entendam seu objetivo.
- Que a equipe interdisciplinar do projeto CPP da UFSC cuide, providencie a definição da situação institucional e organizacional do projeto na UFSC e lute pela infra-estrutura necessária a sua operacionalização diante dos compromissos que a instituição tem no convênio CPP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CARVALHO, Valéria Ladim de. O Serviço Social e o Setor Informal. Revista Serviço e Sociedade. São Paulo. Cortez, n. 32, p. 03-17, maio 1990.
- FORTUNA INVISÍVEL. Revista Veja. São Paulo. p. 90-100, set. 1995.
- GONZAGA, A. A., WOSNI, A., BUSS, I. Diagnóstico Situacional em Saúde do bairro Saco Grande II no Município de Florianópolis. Preliminar (Mimeo), Mestrado em Enfermagem. Florianópolis: UFSC, dezembro de 1992.
- IANNI, Octávio. A questão Social. São Paulo em Perspectiva, 5 (1): 2-10, janeiro / março de 1991.
- MOCHEOVITCH, Luna Calano. Gramsci e a escola. 2. ed. Rio de Janeiro: Ática, 1990. p. 80.
- OLIVEIRA, Heloísa Maria José de. Assistência Social: do discurso do Estado à prática do Serviço Social. Florianópolis. Editora da UFSC, 1989. p. 180.
- PARTICIPACIÓN POPULAR. Programa das Nações Unidas sobre Desenvolvimento - PNDU. 1993, p. 1-10.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social. Convênio nº 014/94. Florianópolis. ago. de 1994.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social. Documento sobre o Histórico do CPP. Florianópolis.

- PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social. Projeto Centro de Profissionalização Popular. Florianópolis, ago. de 1994.

- REZENDE, 1980, p. 111. In: Marcília Volpato. Monografia de economia.

- SOUZA, 1980, p. 135. In: Marcília Volpato. Monografia de economia.

- UFSC - Departamento de Serviço Social. A Extensão no Departamento de Serviço Social - Florianópolis.

- UFSC - Grupo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas do Mundo Informal do Trabalho. Relatório da Pesquisa do Perfil Produtivo da Comunidade Jardim Ilha Continente. Florianópolis, julho de 1995.

- VOLPATO, Marcília. Alternativas de Geração de Renda na Economia Informal: Um Estudo de casa. Monografia de economia, Florianópolis, p. 5-17, julho de 1995. Monografia de economia. Florianópolis, 1995.

ANEXOS

ANEXO I

ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA COM OS REPRESENTANTES DAS SETE ENTIDADES CONVENIADAS.

- 1) O que levou a instituição a qual você representa a participar do convênio CPP?
- 2) Qual a avaliação que a instituição faz atualmente do Projeto CPP?
- 3) Com base nas atribuições que sua instituição assume no convênio quais são as suas propostas junto ao Projeto no momento.

ENTREVISTA COM OTACÍLIO COSTA - PRESIDENTE DO COMOSG NA ÉPOCA DA IMPLANTAÇÃO DO UCPP.

- 1) Quais os motivos que levaram a comunidade a querer a instalação do UCPP?
- 2) Como os moradores do bairro participaram da implantação do UCPP?
- 3) O interesse de implantar o Projeto UCPP no bairro Saco Grande II, partiu da própria comunidade ou da Prefeitura Municipal de Florianópolis?
- 4) Como você pensa atualmente o Projeto CPP, na comunidade?

ENTREVISTA COM NORBERTO SUHNEL - ASSESSOR PARA POLÍTICAS INTERINSTITUCIONAIS DA UFSC

- 1) Como se deu o Processo desde as discussões até a concretização do Projeto CPP?

2) Qual foi o envolvimento da UFSC nesse processo?

ENTREVISTA COM A ASSISTENTE SOCIAL SIMONE MACHADO

1) Como que o Serviço Social se envolveu no Projeto CPP?

2) Qual a importância da articulação Pesquisa/Ensino/Extensão?

ENTREVISTA COM FLÁVIO R. L. MAGAJEWSKI, PRESIDENTE DO CONSELHO DELIBERATIVO DO PROJETO CPP.

1) Tendo o SEBRAE uma atuação fundamental na assessoria técnica do CPP até julho de 1994, o que fez o SEBRAE não participar da renovação do Convênio para o período 95/96.

ENTREVISTA COM O DIRETOR TÉCNICO DO SEBRAE-SC PAULO FERREIRA.

1) Tendo o SEBRAE uma atuação fundamental na assessoria técnica do CPP até julho de 1994, o que fez o SEBRAE não participar da renovação do Convênio para o período 95/96.

ANEXO II

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS
SECRETARIA DA SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

PROJETO

CENTRO DE
PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR

CPP /SET/95

PROJETO

CENTRO DE PROFISSIONALIZAÇÃO POPULAR - CPP /SET/95

Este Projeto é parte integrante do Convênio nº 014/94 da Prefeitura Municipal de Florianópolis, celebrado em 09 de agosto de 1994.

I- INTRODUÇÃO

Em Santa Catarina existem aproximadamente 656 mil subempregados (mapa de trabalho do Brasil - IBGE/1994), formando um número significativo de pessoas excluídas do direito de satisfação das necessidades básicas. Ao mesmo tempo, trata-se de um dos estados do Brasil com maior número de minifúndios e enfrenta, na atual conjuntura, sérios problemas devido ao aumento do latifúndio e a conseqüente expulsão do homem do campo. Esse fator acarreta a proliferação dos cinturões de miséria, gerando violência e marginalização, basicamente em oito municípios do estado: Florianópolis, Joinville, ~~Blumenau, Itapema, Jaraguá, Jurerê, São José e Tubarão.~~

~~A imigração para Florianópolis é antiga. Já cerca de 1970,~~ apenas vinte e dois por cento da população do município era constituída de migrantes. Hoje, eles já constituem a maioria. Cerca de oitenta e cinco por cento (85%) da imigração é formada por desempregados extremamente carentes. Chegam à Florianópolis, a cada ano, mais de sete mil (7.000) migrantes que, junto com as populações empobrecidas no próprio município, agrupam-se nos atuais 46 bolsões de miséria, onde vivem cerca de trinta por cento (30%) dos habitantes da cidade. Sem alternativa para moradia, invadem áreas públicas ou privadas para sobreviver. A renda "per capita" de noventa por cento (90%) destas pessoas é inferior a um (01) salário mínimo. (Dados fornecidos pela Assessoria do Desenvolvimento Econômico do Município de Florianópolis/1993)

Vítimas do sistema vigente de desenvolvimento econômico, altamente concentrador da renda, estas populações empobrecidas lutam pela vida.

II - JUSTIFICATIVA

Considerando:

- a dificuldade de acesso ao emprego;
- a precariedade do grau de escolaridade da população de baixa renda;
- a evasão da população, dos pequenos municípios, para os maiores, agravando os problemas sociais deste;
- o aumento crescente da mão de obra não qualificada;
- os problemas de desemprego agravados pela falta de conhecimentos básicos;
- o ensino regular não condizente com a realidade sócio-econômica destas comunidades;
- a dificuldade de acesso das famílias aos programas profissionalizantes convencionais de ensino em função do decréscimo progressivo da renda real;
- os excluídos que ainda não tiveram chances de emprego,

a Prefeitura Municipal de Florianópolis, Santa Catarina, visando contribuir para o desenvolvimento econômico social do município, propõe-se a desenvolver programas de profissionalização popular, em parceria com outras entidades que têm por função a formação social e de ensino profissionalizante. Para tanto, o Projeto pretende instalar-se em áreas onde o desemprego e a miséria prosperam, com o objetivo de integrar ~~as comunidades carentes e marginalizadas~~

III - OBJETIVO

Levar às comunidades de baixa renda um programa de profissionalização para capacitar adultos e adolescentes a obter renda a partir do seu próprio trabalho e/ou empreendimento.

IV - PARCERIAS

Para alcançar o objetivo do Projeto, a Prefeitura conta com a parceria das seguintes Entidades:

01 - Prefeitura Municipal de Florianópolis	PMF
02 - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial	SENAI
03 - Universidade Federal de Santa Catarina	UFSC
04 - Universidade do Estado de Santa Catarina	UDESC
05 - Secretaria do Estado de Desenvolvimento Social e da Família/ SINE	SDSF/SINE
06 - Escola Técnica Federal de Santa Catarina/Fundação do Ensino Técnico de Santa Catarina	ETFSC/FETESC
07 - Serviço Social do Comércio	SESC

V - CONCEPÇÃO DO PROJETO

O Projeto CPP é um programa de profissionalização popular a ser executado em comunidades de baixa renda do município de Florianópolis, instalado em prédios já existentes ou construídos para esse fim, articulando recursos humanos e materiais com entidades conveniadas e da própria comunidade, objetivando a formação profissional e a geração de renda a indivíduos maiores de 14 anos, conforme Convênio 014/94.

VI- FLUXOGRAMA DO PROGRAMA CPP

VII- ESTRUTURA E DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO

ESTRUTURA:

a) Conselho Deliberativo: composto por representantes (1 titular e 1 suplente) de cada entidade conveniada, e por representantes (1 titular e 1 suplente) dos Conselhos Locais existentes nas comunidades ligadas ao Projeto. É uma instância de deliberação política e filosófica do Projeto.

b) Conselhos Locais: são compostos pelas lideranças representativas das comunidades onde funciona o Projeto CPP. Cada comunidade alvo do Projeto possui o seu Conselho Local, que elege um representante para compor o Conselho Deliberativo do Projeto.

c) Unidades CPP: são estruturas físicas onde são executados os programas de profissionalização popular.

A programação das unidades CPP - Centros de Profissionalização Popular, ~~sucessão do conhecimento da comunidade~~ eleita para receber a unidade, pesquisa quanto ao ~~perfil de seus moradores, necessidades de educação, saúde, recreação, etc.~~ e homologação do Conselho Deliberativo CPP.

A metodologia básica está fundamentada em teorias construtivistas coerentes para capacitar adultos e adolescentes a obter renda adequada a partir de seu próprio trabalho.

Requisitos para inscrição nos cursos:

- ter idade mínima de 14 anos;
- residir na comunidade onde está instalado o CPP ou proximidades;
- entregar o comprovante de renda familiar;
- apresentar a carteira de identidade ou certidão de nascimento.

A seleção será realizada dando prioridade às pessoas com menor renda "per capita" e moradores da comunidade.

Além dos cursos oferecidos, as atividades de Nivelamento e Educação Complementar pretendem desenvolver nos participantes, uma educação integral, onde a produção de produtos/serviços/organização de cooperativas e bem estar social seja vivenciada.

Os programas serão desenvolvidos envolvendo as seguintes etapas:

ENSINO: etapa na qual os alunos recebem conteúdos destinados a desenvolver a criatividade e a auto-iniciativa, voltados a sua capacidade profissional.

ESTÁGIO: esta etapa objetiva a simulação das situações de produção e serviços, onde o aluno acompanhado por um supervisor de produto/serviços exercita os conteúdos ministrados na etapa anterior, de ensino, nas condições de empreendedor e/ou empregado, no âmbito da unidade CPP ou na comunidade.

O Nivelamento e Educação Complementar serão oferecidos durante as etapas de ensino e estágio.

Nivelamento: momento no qual são ministrados conteúdos básicos necessários para que os alunos tenham condições para o ingresso na etapa de ensino.

Educação Complementar: é o momento no qual o aluno recebe informações direta ou indiretamente ligadas à natureza do curso ministrado, bem como, conteúdos de maior abrangência, tais como: relações humanas, noções de saúde e higiene, etc.

A carga horária em cada etapa dependerá da natureza do curso a ser ministrado.

Após a etapa de ensino os treinandos poderão ser encaminhados ao mercado de trabalho como empregados ou participar do grupo de produção na etapa de estágio. Depois deste estágio os mesmos poderão ser encaminhados como empregados ou empreendedores.

A avaliação será constante e tem por objetivo a verificação da aprendizagem, o aproveitamento e desenvolvimento do treinando, bem como a apuração do rendimento com vistas à promoção nas etapas ensino e estágio.

Em todos os processos e estratégias de ação aplicados para a avaliação do aproveitamento os aspectos qualitativos deverão se sobrepor aos quantitativos.

d) Ponto de venda: local para comercialização dos bens produzidos pelos grupos de produção ligados ao projeto, necessário à execução da etapa estágio.

DINÂMICA DE FUNCIONAMENTO:

- a) reuniões do Conselho Deliberativo;
- b) reuniões de discussão técnica, encaminhando:
 - as questões já homologada
 - as questões a serem homologadas pelo Conselho Deliberativo;
- c) reuniões com os Conselhos Locais das comunidades alvo do Projeto;
- d) cursos profissionalizantes a serem ministrados nas unidades CPP, incluindo as etapas ensino e estágio. Na etapa de estágio o aluno passa a integrar o grupo de produção com a possibilidade de produzir utilizando o maquinário da unidade e vender o produto no ponto de venda, feiras e iniciativas da comunidade local.

VIII - METODOLOGIA DO PROJETO

*** MOBILIZAÇÃO E ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA**

- aproximação física com a comunidade;
- contatos informais com os moradores;
- identificação de grupos e lideranças comunitárias;
- reuniões com as lideranças comunitárias para apresentação do Projeto;
- estímulo à formação de Conselho Local;
- assessoramento na elaboração do Regimento Interno do Conselho Local;
- envolvimento do Conselho Local ou sua comissão provisória na pesquisa de campo do perfil produtivo da comunidade.

*** LEVANTAMENTO E PROCESSAMENTO DA PESQUISA DO PERFIL PRODUTIVO DA COMUNIDADE**

- mobilização e preparação dos recursos humanos executores da pesquisa de campo;
- pesquisa de campo a ser desenvolvida com todos os moradores acima de 14 anos, utilizando-se de formulário próprio (anexo), através de visitas domiciliares;
- codificação das respostas abertas;
- digitação dos dados da pesquisa;
- elaboração do relatório final da pesquisa;
- identificação das necessidades de formação profissional e necessidade de apoio a empreendimentos produtivos.

*** LEVANTAMENTO DAS CONDIÇÕES DE MERCADO FORMAL E INFORMAL**

- análise de mercado nas categorias mão de obra/empreendimentos, a nível local e regional.

*** FORMAÇÃO E EMPREENDIMENTOS**

- identificação dos cursos mais demandados e/ou empreendimentos a serem consolidados ou organizados;
- envolvimento do Conselho Local na elaboração do Programa da Unidade;
- articulação dos recursos disponíveis à execução do Programa, incluindo aqueles existentes na própria comunidade;
- execução do Programa com avaliação, supervisão e revisão constante das metas e objetivos previstos (relação entre o planejamento e o possível, entre a intenção e a realidade).

IX - COORDENAÇÃO E SUPERVISÃO DO PROJETO

A supervisão do Projeto será exercida pelo Conselho Deliberativo composto pelas entidades conveniadas e representação comunitária, presidido por um membro eleito dentre seus pares. Compete ao Conselho aprovar o programa de trabalho de cada CPP e o programa de ação das entidades conveniadas, adaptados à cultura da comunidade selecionada.

O Conselho indicará um Coordenador que gerenciará os programas CPP, com atribuições específicas, empenhar-se-á em assegurar o padrão CPP, observado o cumprimento do convênio, sob a ótica da natureza do projeto e das entidades.

X - RECURSOS

Os recursos materiais, humanos e financeiros necessários ao Projeto serão definidos pelas entidades parceiras, conforme a distribuição de atribuições previstas no Convênio 014/94.

XI - OBSERVAÇÃO FINAL

As entidades parceiras promoverão as discussões que ainda se fizerem necessárias para a legalização do CPP e sobre as questões pertinentes à legalização trabalhista.

ANEXO III

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO LOCAL DO BAIRRO SACO GRANDE II

CAPITULO I

DA CONSTITUIÇÃO

ART.1o. O Conselho Local teve sua Comissão Provisório formada no dia 05/10/94. Objetivo garantir a participação e representação do bairro Saco Grande II, no Conselho Deliberativo do Projeto CPP (Centro de Profissionalização Popular).

CAPITULO II

DA COMPOSIÇÃO

ART. 2o. O Conselho Local do Saco Grande II do Projeto CPP será composto por:

- a) Representantes da Associação de Moradores do Parque da Figueira;
- b) Representantes da Associação de Moradores do Loteamento João Gonzaga da Costa;
- c) Representantes da Associação dos Sol Nascente;
- d) Representantes da Associação de Moradores do Monte Verde;
- e) Representantes do Grupo de Produção do Projeto CPP;
- f) Representantes dos Grupos de mães das comunidades envolvidas, do bairro Saco Grande II.

Parágrafo 1o - As demais Entidades Comunitárias existentes no bairro Saco Grande II, poderão ser Membros do Conselho Local, desde que participem das reuniões.

Parágrafo 2o. - Cada Entidade indicará três pessoas sendo: Um Titular, Primeiro Suplente e Segundo Suplente.

Parágrafo 3o. - A representação deste, perante o Conselho Deliberativo será feita por membro indicado na reunião anterior à do Conselho Deliberativo.

CAPITULO III

DA COMPETÊNCIA

RT. 3o. Compete ao Conselho Local:

-) Representar o bairro Saco Grande II no Projeto CPP, participando das deliberações com direito à voz e voto no Conselho Deliberativo do Projeto CPP;
-) Deliberar, com base nos levantamentos do Potencial produtivo do bairro, as ações profissionalizantes necessários, inclusive estabelecendo prioridades;
-) Co-gerenciar (Planejar, aplicar, acompanhar, avaliar) as atividades do Projeto CPP no bairro;
-) Propor e deliberar sobre sugestões à este Regimento.

CAPITULO IV

DAS REUNIÕES

RT. 4o. - As reuniões serão quinzenais, das 20:00 às 21:00 horas.

RT. 5o. - Os locais das reuniões serão definidos em cada um dos encontros, em forma de rodízio.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

RT. 6o. - Este regimento encontra-se em processo de elaboração, portanto, sujeito a alterações em qualquer item aqui mencionado.